

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

FACULDADE DE DIREITO

CAROLINE SUARDI D' OLIVEIRA

AS PARLAMENTARES REPRESENTAM AS MULHERES? UMA ANÁLISE SOBRE  
A REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES NA CÂMARA MUNICIPAL DE  
CURITIBA

CURITIBA

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

FACULDADE DE DIREITO

AS PARLAMENTARES REPRESENTAM AS MULHERES? UMA ANÁLISE SOBRE  
A REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES NA CÂMARA MUNICIPAL DE  
CURITIBA

Monografia apresentada como requisito parcial à  
conclusão do Curso de Direito, da Faculdade de  
Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade  
Federal do Paraná.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eneida Desiree Salgado

CURITIBA

2017

*“Si una mujer entra a la política, cambia la  
mujer, si muchas mujeres entran a la  
política, cambia la política”*

**Michelle Bachelet**

## **AGRADECIMENTOS**

A tarefa de agradecer é sempre difícil, pois em nosso caminho passam muitas pessoas que de uma forma ou de outra nos ensinam algo, nos presenteiam com uma nova forma de ver o mundo e de aprender a viver. Portanto, em primeiro lugar agradeço à Deus e à vida por tudo que vivi nesse ano, durante a escrita desse trabalho, por todos os aprendizados e por cada vez ter a certeza que só a luta é capaz de transformar.

Agradeço aos meus pais, Marco André e Sandra Cristina, por sempre terem alimentado meus sonhos, por me ensinarem que nada é impossível e o limite é o céu, a vocês todo meu trabalho e minhas conquistas.

À minha irmã, Isabelle, agradeço por todos esses anos divididos, por todos os sonhos compartilhados. Talvez a ela o meu maior agradecimento, por sua presença sempre constante, por ser meu refúgio e meu lar nesse mundo. Obrigada por ter me ajudado a não enlouquecer e por me incentivar a alcançar todos os meus sonhos.

Aos meus avós, Nícia, Orleia e Sérgio, pela preocupação em todos esses anos, por se fazerem presentes em todos os momentos, me mostrando que não importa o que aconteça eu sempre terei amor e apoio nos seus colos. À vocês, minha maior gratidão.

Ao Victor, pelo apoio e amor dados constantemente, pela paciência e carinho e por ser meu companheiro nestes anos. Obrigada por me ensinar tanto e me ouvir. Palavras não são capazes de expressar a importância que você tem em minha vida.

Às minhas amigas, Alice, Débora e Fernanda que desde o primeiro ano compartilharam tantas histórias, este trabalho simbolizando o fim de um ciclo me faz ter orgulho de tudo o que vivemos. Gratidão imensa por tudo e por serem meu alento nos momentos de desânimo.

Aos meus amigos, Isadora, Lucas, Bruna, Claudia, Laura e Nicole, obrigada por todas as risadas compartilhadas, por todos os momentos que tornaram esses anos leves e felizes.

Às minhas amigas Veridiana, Rafaella e Júlia, obrigada pela amizade certa, o caminho fica mais fácil de ser trilhado quando sabemos que temos pessoas que poderemos contar sempre em nossas vidas.

Aos professores da faculdade, inspirações, que a cada dia nos ensinaram que o mundo pode ser melhor e que temos toda a capacidade para transformá-lo para melhor. E neste ponto faço meus enormes agradecimentos à minha orientadora, Eneida Desiree, que desde o primeiro ano de faculdade me serviu de inspiração. A nós, mulheres, ainda pouco presentes em espaços como a academia, ter uma professora como você é a maior inspiração para que conquistemos muitos espaços e continuemos na luta para possibilitar que muitas mulheres ocupem os lugares que delas são por direito.

Às professoras Taysa e Luciana, meus agradecimentos por aceitarem participar da banca, é uma honra compartilhar este momento com duas grandes pesquisadoras.

Obrigada à esta Universidade Federal do Paraná, a todos os servidores, a todos que constroem a universidade dia a dia – estar aqui foi um sonho realizado.

Obrigada às vereadoras que tão dispostas se mostraram a debater o tema e a dar sua colaboração.

E, por fim, obrigada às mulheres, todas que passaram e passarão em minha vida, que me serviram de inspiração a construção desta pesquisa, na tentativa de colaborar com um futuro mais igualitário e justo.

## RESUMO

O presente trabalho analisa a questão da representatividade feminina na política brasileira, realizando, para tanto, uma investigação dos discursos e posicionamentos das vereadoras da Câmara Municipal de Curitiba. Todavia, antes de empreender a análise empírica da temática, realiza uma breve análise teórica sobre a questão, trazendo um recorte das principais teorias da ciência política feminista que permeiam o tema. Partindo da obra de Hanna Pitkin e da análise das dimensões da representação política, o trabalho busca construir um modelo de representação capaz de assegurar a representatividade dos interesses da minoria – em especial, no presente caso, das mulheres. Este modelo tem como base os conceitos de política de presença e política de ideias desenvolvidos pela filósofa Anne Phillips e o modelo de representação de perspectivas trabalhado por Iris Marion Young, o qual acabou sendo reiterado por outras autoras no âmbito das pesquisas sobre representação de grupos minoritários. Após este recorte teórico, inicia a investigação, dividindo-a em dois momentos: primeiramente, na análise da dimensão do “falar pelas mulheres” no âmbito das sessões plenárias e depois no “atuar pelas mulheres” na criação e aprovação de legislação favorável às mulheres. A conclusão final a que chegou a pesquisa resume-se à constatação de que a condição de mulher não é suficiente para que as eleitas atuem na representação e fortalecimento da agenda política, uma vez que existem outros fatores, como partido político e vida/formação política que influenciam o posicionamento adotado pelas parlamentares. Contudo, é notório que a presença de mais mulheres nos espaços de política institucional possibilita uma maior discussão acerca de questões relacionadas às mulheres, contribuindo para um maior debate e reflexão sobre temas que atingem diretamente a vida das mulheres, abrindo-se um caminho para a construção de políticas públicas que permitam alcançar a igualdade entre mulheres e homens.

Palavras-chave: Representação substantiva; perspectiva de gênero; mulheres; representatividade feminina; igualdade de gênero.

## RESUMEN

El presente trabajo analiza la cuestión de la representatividad femenina en la política brasileña, realizando para ello una investigación de los discursos y posicionamientos de las concejales de la Câmara Municipal de Curitiba. Sin embargo, antes de emprender el análisis empírico de la temática, realiza un breve análisis teórico sobre la cuestión, trayendo un recorte de las principales teorías de la ciencia política feminista que permean el tema. A partir de la obra de Hanna Pitkin y del análisis de las dimensiones de la representación política, el trabajo busca construir un modelo de representación capaz de asegurar la representación de los intereses de la minoría - especialmente - en el presente caso de las mujeres. Este modelo tiene como base los conceptos de política de presencia y política de ideas desarrollados por la filósofa Anne Phillips y el modelo de representación de perspectivas trabajado por Iris Marion Young, el cual terminó siendo reiterado por otras autoras en el ámbito de las investigaciones sobre representación de grupos minoritarios. Después de este recorte teórico, la investigación se divide en dos momentos: primero, en el análisis de la dimensión del "hablar por las mujeres" en el ámbito de las sesiones plenarias y luego en el "actuar por las mujeres" en la creación y aprobación de legislación favorable a las mujeres. La conclusión final a la que llegó la investigación se resume en la constatación de que la condición de mujer no es suficiente para que las elegidas actúen en la representación y fortalecimiento de la agenda política, ya que existen otros factores como partido político y vida / formación política que influyen en el posicionamiento adoptado por las parlamentarias. Sin embargo, es notorio que la presencia de más mujeres en los espacios de política institucional posibilita una mayor discusión sobre cuestiones relacionadas a las mujeres, contribuyendo a un mayor debate y reflexión sobre temas que afectan directamente a la vida de las mujeres, abriéndose un camino hacia la construcción de políticas públicas que permitan alcanzar la igualdad entre mujeres y hombres.

Palabras clave: Representación sustantiva; perspectiva de género; mujeres; representatividad femenina; igualdad de género.

## **SUMÁRIO**

### **1. INTRODUÇÃO**

### **2. A REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER: A RELAÇÃO ENTRE REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA E A REPRESENTAÇÃO SUBSTANTIVA NA BUSCA POR UMA REPRESENTAÇÃO JUSTA**

2.1 O CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA EM QUATRO DIMENSÕES: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA DE HANNA PITKIN

2.2 A REPRESENTAÇÃO DE GRUPOS SUB-REPRESENTADOS: POLÍTICA DE PRESENÇA, POLÍTICA DE IDEIAS E REPRESENTAÇÃO DE PERSPECTIVAS

### **3. OS DISCURSOS EM PLENÁRIO E A PERSPECTIVA SOCIAL DAS MULHERES: UMA ANÁLISE DA REPRESENTATIVIDADE SUBSTANTIVA NAS ATUAÇÕES DAS VEREADORAS DE CURITIBA NAS SESSÕES PLENÁRIAS**

3.1 A PERSPECTIVA SOCIAL NA REPRESENTAÇÃO SUBSTANTIVA DAS DEMANDAS POLÍTICAS DAS MULHERES

3.2 A REPRESENTAÇÃO SUBSTANTIVA DAS MULHERES NOS DISCURSO DAS VEREADORAS NAS SESSÕES PLENÁRIAS.

### **4. O PROJETO DE LEI Nº 00046.2017 E A DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES NA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA**

4.1 O PROJETO DE LEI Nº 00046.2017 E A LUTA PELO FIM DO ASSÉDIO NAS RUAS

4.2 O PROJETO DE LEI E A REPRESENTATIVIDADE SUBSTANTIVA: HÁ UM COMPARTILHAMENTO DE PERSPECTIVA DE GÊNERO ENTRE AS ELEITAS?

### **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **BIBLIOGRAFIA**



## 1. INTRODUÇÃO

“Lugar de mulher é onde ela quiser”. Infelizmente, esta ainda não é a realidade das mulheres não só no Brasil como no mundo. Ainda caladas e oprimidas, às mulheres são negados instrumentos que garantam seu acesso a qualquer lugar que desejem estar. Dentre estes lugares, está o campo político. Em que pese a mulher tenha grande participação nos movimentos sociais<sup>1</sup>, esta presença e atuação ativa ainda não são observadas no âmbito da política institucional. Às mulheres é negado o direito de representar e ser representada por outras mulheres, delineando um cenário mundial de sub-representação feminina em todas as esferas do poder.

De uma breve análise do cenário da participação política das mulheres, conclui-se que, não obstante a participação concretizada por meio do sufrágio universal tenha permitido às mulheres participar das escolhas eleitorais do país, não lhes foi assegurada, substancialmente, a participação ativa, uma vez que não se promoveu mecanismos adequados e efetivos para que as mulheres pudessem se candidatar a cargos políticos e terem chances iguais a dos homens de serem eleitas e poderem influenciar na construção de políticas públicas.

Diante deste cenário de desigualdade na atuação política nos espaços institucionais duas questões são problematizadas pela teoria política feminista. Primeiramente, a ausência física de mulheres nos espaços de tomada de decisões. Em segundo lugar, a ausência da representação da pauta das mulheres nos espaços de poder, inclusive naqueles em que há a presença de mulheres.

O presente trabalho tem como ponto de partida o posicionamento defendido pela teoria política feminista de que pôr fim aos obstáculos que impedem a presença das mulheres na política institucional não é suficiente para assegurar que estas tenham capacidade de influenciar na pauta das demandas legislativas e no próprio processo político. Busca-se aprofundar o debate da representação política das mulheres se utilizando um cenário ainda pouco analisado na pesquisa acadêmica, aquele, em que garantido os mecanismos de acesso aos espaços de poder, as

---

<sup>1</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. **Revista USP**, Brasil. n. 49. pp. 98-112. maio 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/32910/35480>>. Acesso em: 03 mar. 2016. p.111.

mulheres já ocupam lugares na política institucional. Partindo deste quadro, intenta-se compreender o conteúdo da atividade de representação desempenhada pelas mulheres eleitas na elaboração de políticas públicas, a fim de se garantir a promoção da agenda política sobre os direitos das mulheres e, conseqüentemente, a proteção dos seus direitos.

Este trabalho foi estruturado em três capítulos, cada qual com duas subdivisões. Para atingir o objetivo de investigar a relação entre presença de mulheres no poder e representação substantivas dos seus interesses, elaborou-se um estudo empírico de um caso concreto – a representação política das mulheres na Câmara Municipal de Curitiba. Esta Casa Legislativa foi escolhida por ter um dos maiores percentuais de presença feminina (21%)<sup>23</sup>, sendo o maior da história desta Casa<sup>4</sup>. Impende esclarecer, ainda, que o estudo empírico foi realizado mediante (i) uma análise do discurso das vereadoras nas sessões plenárias e (ii) uma entrevista com as vereadoras sobre um projeto de lei que versava sobre uma temática de violência de gênero. Estas metodologias foram utilizadas uma como complemento da outra para que se pudesse analisar seu posicionamento no cotidiano das discussões das sessões públicas publicizadas e quando, individualmente, fossem confrontadas com um projeto de lei que visasse à garantia de direitos das mulheres. Destarte, tencionou-se aprofundar o estudo e a compreensão do cenário fático analisado, para se delinear um mecanismo de garantia da concretização da agenda política sobre os direitos das mulheres.

Ainda, antes de se discorrer sobre a estruturação do trabalho, cabe apontar que o presente trabalho, na análise das demandas das mulheres e da consciência de gênero compartilhada, não fez recortes de raça e classe. Desta forma, é necessário se ressaltar que há questões muito mais profundas a serem analisadas

---

<sup>2</sup> BRASIL. **Mulheres na política: retrato da sub-representação feminina no poder**. Senado Federal. Procuradoria Especial da Mulher. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/mais-mulheres-na-politica-retrato-da-subrepresentacao-feminina-no-poder>. Acesso em: 06.07.2017. p. 103.

<sup>3</sup> G1. “**Número de mulheres eleitas para prefeituras cai 25% no Paraná**”. 04 de outubro de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/eleicoes/2016/noticia/2016/10/numero-de-mulheres-eleitas-para-prefeituras-cai-25-no-parana.html>. Acesso em: 06.07.2017.

<sup>4</sup> PARANÁ PORTAL. “**Câmara de Curitiba terá a maior bancada feminina da história em 2017**”. 3 de outubro de 2016. Disponível em: <http://paranaportal.uol.com.br/politica/camara-de-curitiba-tera-a-maior-bancada-feminina-da-historia-em-2017>. Acesso em: 06.07.2017.

quando tais recortes são feitos, em especial à mulher negra, cuja representação política é ainda mais escassa.

O primeiro capítulo apresentou o aporte teórico, com o qual se desenvolverá a análise da representação substantiva das mulheres no cenário político atual – especificamente, no âmbito da Câmara Municipal de Curitiba. Para isso recorreu-se, primeiramente, a análise conceitual da representação política desenvolvida por Hanna Pitken, dando ênfase à dimensão descritiva e substantiva desenvolvida pela teórica. Em seguida, partindo desta análise, abordou-se a ideia de representação política desenvolvida pela teoria política feminista, em especial a teoria de Anne Phillips e de Iris Marion Young. Busca-se, a partir dessa conjugação delinear a concepção de representação política compatível com a representatividade dos interesses de grupos historicamente marginalizados na política, especificamente das mulheres. Neste ponto, foram abordados e desenvolvidos os conceitos de política de ideias, política de presença e, de forma sumária, de perspectiva social de gênero. A escolha destas teorias se justifica tanto pela importância que tiveram nas pesquisas desenvolvidas posteriormente no âmbito da ciência política feminista, como porque estas se interligam e juntas constroem uma forma de compreender a representação política de grupos minoritários.

No segundo capítulo, em um primeiro momento, dissertou-se sobre a noção de perspectiva social de gênero de forma mais aprofundada, tecendo apontamento quanto à relevância do conceito para o estudo da representação substantiva da pauta feminista e delimitando o conteúdo atribuído à noção que servirá de parâmetro para o levantamento de dados realizado nesta pesquisa. Posteriormente, é realizado um estudo analítico dos discursos das vereadoras do município de Curitiba proferidos nas sessões plenárias, através do qual se buscou identificar a presença da perspectiva de gênero na fala das vereadoras e a frequência das discussões e defesa de temas inerentes à pauta das mulheres.

Por fim, no terceiro e último capítulo, tencionou-se uma análise mais específica do posicionamento das mulheres eleitas no que concerne a questões relacionadas à temática da igualdade de gênero, voltada às mulheres. Para isso, realizou-se uma entrevista com as vereadoras sobre projeto de lei que tramita na Casa Legislativa e versa sobre um problema social decorrente da desigualdade de gênero – o assédio sexual em locais públicos. Primeiramente, foi realizada uma

exposição de motivos quanto a escolha do projeto de lei, aprofundando-se a questão do assédio sexual vivenciado pelas mulheres brasileiras e as questões legislativas referentes ao tema. Posteriormente, foi abordado o conteúdo das respostas obtidas e elaborou-se uma breve análise dos dados levantados.

Dado este panorama geral, este trabalho pretendeu identificar a presença de uma política de ideais na representação política das mulheres na política institucional brasileira, intentando colocar em discussão a necessidade de se aperfeiçoar a participação política das mulheres na garantia de direitos tão caros a todas. A partir de um novo olhar à representação política, buscou-se propor possíveis mecanismos para assegurar o compartilhamento de uma consciência do gênero entre as mulheres representantes e as mulheres representadas e, desta forma, garantir que, cada dia mais, a voz e a vivência das mulheres influencie na construção das políticas públicas e na garantia dos seus direitos.

## 2. A REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER: A RELAÇÃO ENTRE REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA E A REPRESENTAÇÃO SUBSTANTIVA NA BUSCA POR UMA REPRESENTAÇÃO JUSTA

Ao longo dos anos, o movimento de mulheres obteve muitas conquistas que refletiram em avanços na garantia e concretização dos seus direitos<sup>5</sup>, dentre estas conquistas o sufrágio universal, que possibilitou às mulheres votarem e se candidatarem a cargos públicos. Não obstante os avanços alcançados pelo movimento, a igualdade material entre mulheres e homens ainda não é uma realidade no Brasil, sendo isso evidenciado tanto pela presença desigual dos sexos nos espaços de poder de decisão<sup>6</sup> quanto pela precária representatividade das vozes nesses espaços.

Esse cenário de desigualdade tanto no acesso às instâncias de poder decisório quanto ao poder de influência na construção de políticas públicas é uma das consequências resultantes do modo como a representação política é concebida nas nações ocidentais. Alicerçadas no universalismo, as democracias ocidentais tendem a ignorar as identidades sociais, defendendo a ideia de cidadãos livres e iguais, possuidores dos mesmos direitos, liberdades e oportunidades.<sup>7</sup>

Não obstante a diferença entre os cidadãos seja reconhecida, este reconhecimento é fundado em uma perspectiva de crenças e ideias, possibilitando a formação de uma elite política formada apenas por cidadãos – primordialmente, homens, brancos e de classe alta - considerados aptos a representar a nação e fazer as melhores escolhas em nome do ‘bem comum’ e do ‘interesse da nação’<sup>8</sup>.

---

<sup>5</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba. n. 26 (2010). pp. 15-23. Jun.2010. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31624/20159>. Acesso em: 20.07.2017. p.16.

<sup>6</sup> NORONHA, Fernanda Benini Kiehl. **Diretrizes e desafios da participação feminina na política brasileira: uma análise comparada a partir de Argentina e México**. 2016. 105f. Trabalho de Conclusão de Curso em Direito – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná. 2016. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/45846/7.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05.07.2017. p. 28

<sup>7</sup> Muitos teóricos liberais defendem que todos os direitos e liberdades necessários foram estendidos as mulheres quando lhes foi permitido o voto nos mesmos termos dos homens. PHILLIPS, A. O que há de errado com a democracia liberal? In: MIGUEL, Luis Felipe. BIROLI, Flávia. (Org.). **Teoria Política feminista: textos centrais**. Belo Horizonte: Editora Horizonte, 2013. p. 285.

<sup>8</sup> PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal? In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (Org.). **Teoria Política feminista: textos centrais**. Belo Horizonte: Editora Horizonte, 2013. p. 287.

Nesse cenário, se permite que os grupos subordinados, os quais nem sempre são capazes de expressar sua voz e pensamentos, sejam silenciados frequentemente, o que fortalece o debate sobre a autonomia na formação das preferências<sup>9</sup>.

Anne Phillips, ao criticar essa forma de se interpretar a representação política e idealizar a igualdade política, assevera que “quando as características dos eleitos se desviam em grau significativo daquelas do eleitorado como um todo, há um caso claro para dizer que algo está errado”.<sup>10</sup>

Nessa conjuntura de desigualdade sociopolítica, o princípio constitucional da necessária participação das minorias no debate público e nas instituições políticas é violado. Conforme assevera Eneida Desiree Salgado, o desenho constitucional da democracia brasileira, com base no ideal republicano e na exigência de tratamento com igual consideração e respeito a todos os cidadãos, fez a escolha política de enfatizar a participação das minorias no debate público e na composição das instituições políticas.<sup>11</sup>

Frisa Salgado que “a participação, inclusive institucional, das opiniões e ideologias da sociedade deve ser garantida e fomentada. Afinal um espaço público excludente não é apenas incompleto: nem sequer é espaço público”.<sup>12</sup>

Impõe-se, assim, a necessidade de construir um modelo de representação política que seja adequado a garantir uma representação justa aos grupos minoritários políticos, que tiveram suas vozes e interesses reiteradamente excluídos e ignorados dos processos deliberativos.

## 2.1 O CONCEITO DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA EM QUATRO DIMENSÕES: UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA DE HANNA PITKIN

---

<sup>9</sup> SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. **Teoria política feminista e representação substantiva: uma análise da bancada feminina da Câmara dos Deputados**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-03042017-121744/>>. Acesso em: 15.08.2017. p. 43.

<sup>10</sup> PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal? In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (Org.). **Teoria Política feminista: textos centrais**. Belo Horizonte: Editora Horizonte, 2013. p. 285.

<sup>11</sup> SALGADO, Eneida Desiree. **Princípios constitucionais estruturantes do direito eleitoral**. Curitiba, 2010. 356 f. Tese de Doutorado (especialização em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. p.217.

<sup>12</sup> SALGADO, Eneida Desiree. **Princípios constitucionais estruturantes do direito eleitoral**. Curitiba, 2010. 356 f. Tese de Doutorado (especialização em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. p.218.

A categorização elaborada pela cientista política Hanna Pitkin, na obra “The concept of representation” (1967),<sup>13</sup> ditou as bases sobre as quais o tema da representação política tem sido trabalhado na ciência política. Em especial, as pesquisas sobre a representação política das mulheres, desenvolvida pela teoria crítica feminista<sup>14</sup>, utilizaram as dimensões propostas por Pitkin para conceber um modelo de representação política capaz de garantir a adequada representação das suas pautas nos espaços de poder institucional.

Para atingir os objetivos desta pesquisa, é necessário discorrer sobre a obra de Pitkin, tendo em vista a importância que tem para a compreensão da estruturação dos modelos de representação política propostos pela teoria crítica feminista.

Nesta obra, a cientista propôs uma análise conceitual do termo representação, objetivando garantir ao estudo do tema uma adequação histórica e teórica. Este estudo conceitual, segundo Pitkin, se justifica tanto pela importância e onipresença do conceito de representação quanto pela sua complexidade, em especial ao papel que exerce e que é permeado por controvérsias e confusões que se arrastam ao longo do tempo.<sup>15</sup>

A partir desta revisão histórica sobre o termo e considerando que a representação tem um significado identificável, aplicado em diferentes formas a contextos diferentes, Pitkin elabora uma tipologia que se desdobra em quatro dimensões que correspondem a diferentes pontos de vista sobre o conceito de representação política que os teóricos da representação desenvolveram de maneira explícita.<sup>16</sup>

A primeira dimensão trabalhada é a formalista. Este modelo tem, especificamente, dois aspectos: (i) a autorização prévia, originária de Hobbes, segundo a qual o representante é aquele que recebeu autorização para agir em

---

<sup>13</sup> Para o trabalho foi utilizada a versão traduzida para o espanhol. PITKIN, Hanna Fenichel. **El concepto de representación**. Madrid: Centro de estudios constitucionales, 1985.

<sup>14</sup> Neste sentido a título exemplificativo cita-se: Anne Phillips, Iris Marion Young, Sarah Childs.

<sup>15</sup> PITKIN, Hanna Fenichel. **El concepto de representación**. Madrid: Centro de estudios constitucionales, 1985. p. 2.

<sup>16</sup> PITKIN, Hanna Fenichel. **El concepto de representación**. Madrid: Centro de estudios constitucionales, 1985. p. 11-13.

nome de outro; (ii) e a *accountability*, fruto do pensamento liberal, a qual é fundamentada, especificamente, na responsividade do representante.<sup>17</sup>

A dimensão da autorização é desenvolvida pela cientista a partir da teoria do contrato social trazida por Hobbes n’O Leviatã. Assim, alicerça-se na ideia de que os indivíduos em seu estado natural firmaram entre si um contrato social, autorizando um deles, o Soberano, a representar a todos. Essa autorização outorgada ao Soberano é ilimitada, sendo que “qualquer coisa que realize tem de ser considerada como feita por seus súditos; e qualquer decisão que adote os vincule”.<sup>18</sup> Ademais, ainda que os representados sejam, em certa medida, responsáveis pelas ações do representante, cabe a este decidir sobre quais são as coisas que interessam ao bem comum, tendo, portanto, ilimitada liberdade de ação.<sup>19</sup>

O segundo aspecto da dimensão formalista é a *accountability* – ou responsividade dos representantes<sup>20</sup> –, para a qual o representante tem o dever de prestar contas, sob pena de ser responsabilizado perante os representados por suas ações. O enfoque desta dimensão é a garantia de que o representante “é alguém que tem de ser tido como responsável, que terá que responder a outro sobre o que faça.”<sup>21</sup> Assim, o significado da representação é que o representante deve ser responsável perante o representado, informando este de suas escolhas e ações.

Contudo, estas concepções formais de representação sofrem fortes críticas, tendo em vista que não apreendem o que ocorre durante o processo de representação.<sup>22</sup> Tanto na teoria da autorização quanto na da responsividade social,

---

<sup>17</sup> LOUREIRO, Maria Rita. Interpretações contemporâneas da representação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília. n. 1. pp. 63-93. jan-jun 2009. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6594/5320>>. Acesso em: 15.02.2017. p.67.

<sup>18</sup> Tradução direta de “cualquier cosa que realice ha de ser considerada como hecha por sus súbditos; y cualquier decisión que adopte les vincule”. PITKIN, Hanna Fenichel. **El concepto de representación**. Madrid: Centro de estudios constitucionales, 1985. p.31.

<sup>19</sup> PITKIN, Hanna Fenichel. **El concepto de representación**. Madrid: Centro de estudios constitucionales, 1985. p.31-32.

<sup>20</sup> LOUREIRO, Maria Rita. Interpretações contemporâneas da representação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília. n. 1. pp. 63-93. jan-jun 2009. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6594/5320>>. Acesso em: 15.02.2017. p. 67.

<sup>21</sup> Tradução direta de: “... un representante es alguien que ha de ser tenido con responsable, que habrá de responder a otro de lo que haga. El hombre u hombres a quienes representa”. PITKIN, Hanna Fenichel. **El concepto de representación**. Madrid: Centro de estudios constitucionales, 1985. p. 60.

<sup>22</sup> LOUREIRO, Maria Rita. Interpretações contemporâneas da representação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília. n. 1. pp. 63-93. jan-jun 2009. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6594/5320>>. Acesso em: 15.02.2017. p. 67.



o critério definidor encontra-se fora da atividade de representação propriamente dita, não dizendo nada a respeito do seu conteúdo<sup>23</sup>.

A dimensão simbólica, por sua vez, é entendida como uma espécie de simbolização, na qual o representante é um criador de símbolos, buscando, por meios desses, ser aceito pelos representados. Representar, então, é entendido como substituir outros (os representados) simbolicamente, sendo assim uma atividade por meio da qual os representados acreditam neste “símbolo”, aceitando o líder político como seu representante. Contudo, o conceito não se restringe a isto, “deve ser complementado mediante a perspectiva de que esse líder é um artífice de símbolos, que se converte a si mesmo em um líder aceito através de sua atividade (...) que fomenta o povo na crença, na lealdade e na satisfação com seus líderes”.<sup>24</sup>

Para Pitkin, esta ideia preencheria uma das condições que deve ter o conceito de representação, isto é, de ser compreendido como uma atividade e não uma relação. Todavia, ainda não é uma compreensão adequada do representar, já que não corresponde a um adequado reflexo da vontade política, podendo recair em uma ideia fascista de representação, alicerçada na imagem de um líder carismático.<sup>25</sup>

Há, ainda, a representação descritiva. Nesta dimensão, a ênfase é dada à forma como o representante se assemelha aqueles a que representa, constituindo uma espécie de microcosmo da sociedade, uma vez que reflete, na exata medida, os seus principais aspectos – em especial as características sociais ou demográficas dos representados.

Os teóricos desta dimensão argumentam que uma verdadeira representação exige que o legislativo seja eleito de uma forma tão estrita que sua composição corresponda com exatidão a de toda nação, sendo que só dessa forma se terá um corpo legislativo verdadeiramente representativo, uma vez que a virtude, o espírito e

---

<sup>23</sup> PITKIN, Hanna Fenichel. **El concepto de representación**. Madrid: Centro de estudios constitucionales, 1985. p. 64.

<sup>24</sup> Tradução direta de: “(...)debe ser complementado mediante la perspectiva de que ese líder es un artífice de símbolos, que se convierte a si mismo en un líder aceptado a través de su actividad. (...)que fomenta en el pueblo la creencia, la lealtad y la satisfacción con sus líderes”. PITKIN, Hanna Fenichel. **El concepto de representación**. Madrid: Centro de estudios constitucionales, 1985. p. 117.

<sup>25</sup> LOUREIRO, Maria Rita. Interpretações contemporâneas da representação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília. n. 1. pp. 63-93. jan-jun 2009. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6594/5320>>. Acesso em: 15.02.2017. p. 69.

a essência do conjunto representativo residem em ser a imagem explícita dos sentimentos da nação.<sup>26</sup>

Assim, a representação depende das características do representante, do que ele é ou do que parece ser. “O representante não atua por outros; os substitui em virtude de uma correspondência ou conexão entre eles, de uma semelhança ou reflexo”.<sup>27</sup>

Sob esta visão, não importa exatamente o que o representante faz, mas quem ele é, já que o que determinará as decisões do legislativo é a identidade de quem o compõe, garantindo-se que o que o legislativo faz seja exatamente o que a sociedade inteira faria se estivesse naquele lugar.

Este modelo de compreender a representação é defendido como uma forma de inclusão dos grupos minoritários nos espaços de poder institucional. Contudo, nenhuma representação é fiel, de forma que a presença de indivíduos que compartilhem as mesmas características que os demais que compõem estes grupos não garantirá a defesa de seus direitos nem o desenvolvimento de políticas públicas voltadas a estes indivíduos.<sup>28</sup> A identidade não é uma categoria objetiva, sendo assim, não há como garantir que um representante que compartilhe das mesmas características sociais que os representados tenha as mesmas vontades e interesses destes. Ademais, o conceito de “representar”, nesta dimensão, não desvela o que é essencial para Pitkin, que é o conteúdo da representação, de forma que a cientista considera esta dimensão irrelevante, uma vez que a representação, neste caso, não é algo que qualquer homem possa fazer bem ou mal, pois não há responsividade nem dever na atividade de representar.<sup>29</sup>

Por fim, a última dimensão apresentada por Hanna é a substantiva, a qual é defendida pela autora. Pitkin considera que a representação substantiva é o aspecto

---

<sup>26</sup> PITKIN, Hanna Fenichel. **El concepto de representación**. Madrid: Centro de estudios constitucionales, 1985. p.65-66.

<sup>27</sup> Tradução direta de: “El representante no actúa por otros; los “sustituye” en virtud de una correspondencia o conexión entre ellos, de una semejanza o reflejo”. PITKIN, Hanna Fenichel. **El concepto de representación**. Madrid: Centro de estudios constitucionales, 1985. p.67.

<sup>28</sup> SACCHET, Tereza. Representação política, representação política, representação política, representação de grupos e representação de grupos e política de cotas: perspectivas e política de cotas: perspectivas e contendas feministas contendas feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis. n. 20(2). pp. 399-431. maio-ago 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v20n2/v20n2a04.pdf>>. Acesso em: 01.02.2017. p.411.

<sup>29</sup> PITKIN, Hanna Fenichel. **El concepto de representación**. Madrid: Centro de estudios constitucionales, 1985. p.100.

que faltava na perspectiva de autorização, pois só este conceito pode ser aplicado ao que se chamou perspectiva do autor, respondendo questionamentos acerca da verdadeira representatividade dos representantes.<sup>30</sup>

O cerne deste tipo está no conteúdo da representação que é o agir substantivo pelos representados, isto é, o enfoque reside nas ações e decisões tomadas pelo representante político em favor dos interesses dos representados. Deve-se salientar, no entanto, que sob esta visão, a ideia de agir pelos outros não é entendida em seu simples sentido formalista, pois dá importância à substância real existente por trás da autorização e da responsividade.

Pitkin, então, propõe a existência de duas condições que componham este modelo: a relação de equivalência que se constrói entre o representante e os representados e a ideia de que os representados estejam presentes, de alguma forma, no atuar do representante.<sup>31</sup>

A primeira condição é estabelecida para confrontar a controvérsia mandato-independência. Para a cientista política, o representante político deve fazer o que os representados querem, de forma que suas vontades convirjam em condições normais, porém, ao mesmo tempo, deve ser garantido certo grau de liberdade para que o agente político possa atuar.<sup>32</sup> O bom representante, nesse sentido, seria aquele capaz de fazer análises próprias, de forma a antecipar o que é melhor para os interesses e desejos dos representados.<sup>33</sup>

Por fim, estando o foco no conteúdo da atividade de representar politicamente alguém, segundo esta concepção de representação não basta saber se o agente representa, mas se esta representação é satisfatória ou não.

A teoria crítica feminista, ante as dimensões propostas por Pitkin, desenvolveu um modelo de representação alicerçado, especificamente, em duas

---

<sup>30</sup> PITKIN, Hanna Fenichel. **El concepto de representación**. Madrid: Centro de estudios constitucionales, 1985. p. 155.

<sup>31</sup> LOUREIRO, Maria Rita. Interpretações contemporâneas da representação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília. n. 1. pp. 63-93. jan-jun 2009. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6594/5320>>. Acesso em: 15.02.2017. p. 69.

<sup>32</sup> PITKIN, Hanna Fenichel. **El concepto de representación**. Madrid: Centro de estudios constitucionales, 1985. p.247.

<sup>33</sup> SACCHET, Tereza. Representação política, representação política, representação política, representação de grupos e representação de grupos e política de cotas: perspectivas e política de cotas: perspectivas e contendas feministas contendas feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis. n. 20(2). p. 399-431. maio-ago 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v20n2/v20n2a04.pdf>>. Acesso em: 01.02.2017. p. 412.

delas. A representação descritiva, em que pese muito criticada, se constituiu na base de defesa da maior presença física dos grupos minoritários nos espaços de poder, o que garantiria uma maior força política àqueles que estão marginalizados. Por sua vez, a representação substantiva complementa a descritiva, suprimindo algumas lacunas deixadas por aquela e vinculando a atividade do representante à defesa de ideias partilhadas por aquele grupo ou de perspectiva decorrente da posição ocupada pelo grupo na estrutura social.

## 2.2 A REPRESENTAÇÃO DE GRUPOS SUB-REPRESENTADOS: POLÍTICA DE PRESENÇA, POLÍTICA DE IDEIAS E REPRESENTAÇÃO DE PERSPECTIVAS.

A partir da exposição das possíveis formas de se compreender a representação política, neste ponto, para melhor compreensão das questões suscitadas pelo trabalho, impõe-se a identificação de quais dimensões se apresentam como sendo aptas a atender as particularidades da representação de interesses dos grupos marginalizados<sup>34</sup> que possuem uma precária - ou mesmo nenhuma - representatividade nos espaços institucionais de decisão.

Em oposição às clássicas teorias de representação política, emerge a teoria política feminista, como um contraponto que objetiva revelar as assimetrias sócio-políticas e as desigualdades materiais produzidas historicamente pelas doutrinas tradicionais da ciência política. Como aponta Beatriz Sanchez<sup>35</sup>, as correntes dominantes da teoria democrática ocultam os problemas da formação das preferências e da autonomia, não os enxergando como pontos centrais e impactantes na existência de uma representação política verdadeiramente democrática, pois, para elas, as desigualdades são dados prévios à representação, sendo contempladas pela atividade dos representantes.

---

<sup>34</sup> Para melhores esclarecimentos da perspectiva adotada, reitera-se que o presente trabalho se propõe ao estudo da questão relativa à participação e representatividade feminina, portanto, realiza uma análise da representação política, primordialmente, a partir da clivagem de gênero, buscando, contudo, tangenciar as perspectivas de classe e raça às questões suscitadas.

<sup>35</sup> SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. **Teoria política feminista e representação substantiva: uma análise da bancada feminina da Câmara dos Deputados**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-03042017-121744/>>. Acesso em: 15.08.2017. p. 36.

Para Anne Phillips, na linha das teorias democráticas tradicionais, a democracia liberal entende a diferença existente entre os indivíduos sob uma perspectiva prioritariamente de crenças e ideias, defendendo que a representação política é adequada na medida em que reflete as opiniões e preferências dos seus votantes. Assim, as noções correntes de representação transmitem a ideia de uma política de ideias, a qual “sugere um entendimento amplamente secular da política, como questão de julgamento e debate, e espera que as lealdades políticas se desenvolvam mais em torno de programas políticos, do que de pessoas”<sup>36</sup>.

Desta forma, a representação política entendida como uma política de ideias – alinhando-se à conceituação da dimensão substantiva desenvolvida por Pitkin<sup>37</sup> - não se compromete com a exclusão política amplamente sentida pelos grupos definidos pelo seu gênero, raça ou etnia. Assim, em combate à exclusão política e desafiando o que chama de política dos partidos, Phillips propõe uma política alternativa, a política de presença.<sup>38</sup>

Sob a perspectiva desta forma de política, defende que pessoas de grupos diferentes têm características sociais diferentes, colocando-se como questão relevante saber quem os representará politicamente.<sup>39</sup> Segundo Phillips, quando a diferença é concebida como aquela relacionada às experiências e identidades que contornam diferentes tipos de grupos sociais, não é possível idealizar uma adequada satisfação das demandas por inclusão política sem incluir membros desses grupos. Consequentemente, passa-se a interpretar uma representação política mais adequada àquela que assegura a representação dos diferentes grupos sociais que compõem o corpo de cidadãos, de forma que as “noções de

---

<sup>36</sup> PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença. **Estudos Feministas**, Florianópolis; v. 9. n. 1. pp. 268-290. jan 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8615.pdf>>. Acesso em: 15.01.2017. p. 268.

<sup>37</sup> PITKIN, Hanna Fenichel. **El concepto de representación**. Madrid: Centro de estudios constitucionales, 1985. p.67.

<sup>38</sup> PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença. **Estudos Feministas**, Florianópolis. v. 9. n. 1. pp. 268-290. jan 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8615.pdf>>. Acesso em: 15.01.2017. p. 272.

<sup>39</sup> PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença. **Estudos Feministas**, Florianópolis. v. 9. n. 1. pp. 268-290. jan 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8615.pdf>>. Acesso em: 15.01.2017. p.273.

representação ‘típica’, ‘especular’ ou ‘descritiva’, portanto, têm retornado com força renovadora.”<sup>40</sup>

Portanto, a maior presença física de mulheres na política se impõe como medida imprescindível para se alcançar a igualdade política prometida. A teoria crítica feminista é firme em afirmar que a democracia não requer somente os direitos políticos formais, tendo em vista que a conquista do sufrágio não foi suficiente para garantir a igualdade de influência política, mas também a igualdade social substantiva<sup>41</sup>.

As ações afirmativas como as cotas eleitorais ou partidárias são apresentadas, sob este aspecto, como medidas cabíveis para garantir maior presença das mulheres na política. Estes mecanismos políticos permitem uma mudança mais imediata no alcance da igualdade política do que a prévia transformação estrutural, como algumas correntes doutrinárias pregam. Ademais, justifica-se pelo fato de que quando políticas se propõem a “resolver questões para mais do que com um eleitorado politicamente excluído, é improvável que elas se comprometam com todos os interesses relevantes”.<sup>42</sup>

De maneira semelhante, Salgado<sup>43</sup> destaca que, para que a democracia se configure não é suficiente que seja assegurada a todos os indivíduos a possibilidade de serem ouvidos, é imprescindível que todos os interesses sejam igualmente considerados e para isso se faz necessária a participação dos grupos minoritários.

Ainda, a defesa dessas medidas encontra fundamento na experiência política dos movimentos feministas, que evidenciou que as assembleias masculinas ou predominantemente masculinas são defensoras insatisfatórias dos interesses, prioridades e problemas das mulheres. Phillips frisa que nos cenários políticos em

---

<sup>40</sup> PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença. **Estudos Feministas**, Florianópolis. v. 9. n. 1. pp. 268-290. jan 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8615.pdf>>. Acesso em: 15.01.2017. p.273.

<sup>41</sup> SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. **Teoria política feminista e representação substantiva: uma análise da bancada feminina da Câmara dos Deputados**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-03042017-121744/>>. Acesso em: 15.08.2017. p.41.

<sup>42</sup> PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença. **Estudos Feministas**, Florianópolis. v. 9. n. 1. pp. 268-290. jan 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8615.pdf>>. Acesso em: 15.01.2017. p. 279.

<sup>43</sup> SALGADO, Eneida Desiree. **Princípios constitucionais estruturantes do direito eleitoral**. Curitiba, 2010. 356 f. Tese de Doutorado (especialização em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. p.218.

que há uma significativa sub-representação das mulheres no ponto final de deliberação, isto produzirá sérias consequências e “é, em parte, em reflexão disso que feministas mudaram suas atenções dos compromissos políticos para a composição dos grupos de tomada de decisão”.<sup>44</sup>

As cotas, no entanto, em que pese sejam um meio de equiparar o acesso político dos membros de grupos marginalizados, não são suficientes para garantir a adequada representação do grupo. Ainda que não se negue a importância da existência de uma política de presença<sup>45</sup> para uma representação mais justa e democrática, é notório que uma representação alicerçada tão somente no compartilhamento de características naturais e sociais entre representantes e representados é limitada e problemática.

Como em uma política de presença os representantes são entendidos apenas como vetores de programas abstratos, não se assegura que os membros dos grupos se sintam adequadamente representados quando, apesar de se identificarem com o representante, não compartilham as mesmas crenças, posições e interesses com este.

Neste sentido se desenvolve a discussão sobre quais argumentos justificam a busca por uma maior igualdade entre gêneros nos espaços de poder, sendo objeto de amplos estudos no âmbito da teoria política feminista. Luis Felipe Miguel sintetizou as linhas de raciocínio que se delineiam em defesa da maior presença de mulheres na política em três argumentos principais.

A primeira defende uma maior participação política das mulheres em face da diferença moral existente entre homens e mulheres.<sup>46</sup> Essa ideia assenta-se na crença em uma “ética feminina”, para a qual as mulheres possuiriam uma

---

<sup>44</sup> Tradução direta de “it is partly in reflection of this that feminists have shifted their attention from the details of policy commitments to the composition of the decision-making group”. PHILLIPS, Anne. **Democracy and Representation: Or, why should it matter who our representatives are?** Disponível em: < <http://www.e-periodica.ch/cntmng?pid=svp-003%3A1994%3A34%3A%3A341>>. Acesso em: 03.04.2017. p. 73.

<sup>45</sup> Neste aspecto, Anne Phillips diz que é plausível que nem todos gostem de política, porém quando a participação e envolvimento têm coincidido tão de perto com diferenças de classe, gênero ou etnicidade, a desigualdade da participação política é notória. PHILLIPS, Anne. **Democracy and Representation: Or, why should it matter who our representatives are?** Disponível em: < <http://www.e-periodica.ch/cntmng?pid=svp-003%3A1994%3A34%3A%3A341>>. Acesso em: 03.04.2017. p.70.

<sup>46</sup> MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. **Estudos Feministas**, Florianópolis. v. 9. n. 1. pp. 253-267. jan 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8614.pdf>>. Acesso em: 15.01.2017. p. 257.

sensibilidade moral distinta dos homens. Compartilha-se a opinião de que existiriam qualidades inatas ao sexo feminino que estariam voltadas à defesa de uma sociedade mais justa, o que tornaria a política uma atividade mais humana.<sup>47</sup> “As mulheres possuiriam maior sensibilidade para as necessidades alheias, recusando a abordagem fria e impessoal que é própria da abordagem masculina de justiça”.<sup>48</sup>

Cientistas políticas feministas como Sara Ruddick e Jean Bethke Elshtain, denominaram esta forma de fazer política propriamente feminina de *care politics* (ou “política do desvelo”), defendendo que a maior participação das mulheres nos espaços de poder institucional facultaria a superação de uma “política de interesses” propriamente masculina. Há, portanto, nesta visão, uma valorização da esfera privada/familiar, como espaços onde imperam valores ignorados na esfera pública, a qual é sempre hostil.

Este argumento, contudo, sofre fortes críticas. Além de reforçar papéis de gênero e a naturalização das diferenças, atribuindo à mulher o papel de responsável pelos cuidados, a experiência das mulheres no poder evidencia que a relação entre gênero e *care politics* não é automática, pois se observou que mulheres e homens exercem, de forma igual, o poder – seja isso positivo ou negativo.<sup>49</sup>

A segunda linha de raciocínio afirma que existe uma diferença nos interesses de cada sexo, de sorte que a presença das mulheres na política se justificaria pela existência de interesses próprios, legítimos, ligados ao gênero e que precisam ser respeitados e valorizados. A ideia difundida nessa linha de raciocínio é de que as mulheres são as melhores defensoras de seus interesses. Contudo, esta visão recai em uma perspectiva potencialmente essencializadora<sup>50</sup>, supondo que as mulheres apenas pelo fato de serem mulheres responderão a interesses idênticos e

---

<sup>47</sup> PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007. Disponível em: < [www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/.../vozes-femininas.../file](http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/.../vozes-femininas.../file)>. Acesso em: 16.12.2016. p. 52-53.

<sup>48</sup> MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. **Estudos Feministas**, Florianópolis. v. 9. n. 1. pp. 253-267. jan 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8614.pdf>>. Acesso em: 15.01.2017. p. 258.

<sup>49</sup> MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. **Estudos Feministas**, Florianópolis. v. 9. n. 1. pp. 253-267. jan 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8614.pdf>>. Acesso em: 15.01.2017. p. 258.

<sup>50</sup> SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. **Teoria política feminista e representação substantiva: uma análise da bancada feminina da Câmara dos Deputados**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-03042017-121744/>>. Acesso em: 15.08.2017. p 55.



apoiarão as mesmas políticas, ignorando as diversas perspectivas sociais do sujeito, que determinam sua posição na estrutura social.<sup>51</sup>

Por fim, o terceiro e último argumento para a maior presença das mulheres nos espaços políticos oficiais apoia-se na defesa de uma atuação política diferenciada entre os gêneros. A diferença existente, sob este aspecto, seria estrutural, correspondente às posições que cada gênero possui na sociedade. Desta forma, mulheres e homens atuariam politicamente de formas distintas, em razão de uma socialização diferenciada, a qual implica, objetivamente, perspectivas distintas.<sup>52</sup>

Anne Phillips se alinha a este último posicionamento, afirmando que embora a política de ideias se configure como uma medida inadequada para abordar e discutir a questão da exclusão política, a política de presença entendida e aplicada isoladamente também traz ganhos pouco efetivos para se atingir a igualdade democrática prometida. Isto porque a presença sem estar aliada ao compromisso com a perspectiva do grupo representado é amplamente desacreditada, “porque cada mulher pode reivindicar uma multiplicidade de identidades, cada uma das quais podendo associá-la a diferentes tipos de experiência compartilhada<sup>53</sup>”, que a afaste da vivência do gênero.

Assim, se por um lado, a política de presença é necessária para que os membros dos grupos marginalizados consigam reconhecer a política como um espaço a ser ocupado por eles, bem como para que se assegure a pluralidade na composição dos espaços de tomada de decisão, ela, isoladamente, não dirime o problema da sub-representação.

A presença de pessoas de determinados grupos nos espaços de decisão não necessariamente garantirá que suas vozes estejam representadas e tenham poder de influência na construção de políticas públicas. A presença deve, portanto,

---

<sup>51</sup> MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. **Estudos Feministas**, Florianópolis. v. 9. n. 1. pp. 253-267. jan 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8614.pdf>>. Acesso em: 15.01.2017. p. 264.

<sup>52</sup> PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007. Disponível em: < [www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/.../vozes-femininas.../file](http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/.../vozes-femininas.../file)>. Acesso em: 16.12.2016.p. 56.

<sup>53</sup> PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença. **Estudos Feministas**, Florianópolis. v. 9. n. 1. pp. 268-290. jan 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8615.pdf>>. Acesso em: 15.01.2017. p.276.

estar filiada à política de ideias, pois, importa não só quem está representado os grupos excluídos dos espaços políticos, mas também que as suas vozes e perspectiva social sejam reproduzidas nas discussões políticas.

Algumas cientistas políticas, dentre elas Anne Phillips<sup>54</sup> e Iris Marion Young<sup>55</sup>, defendem, sob este aspecto, que determinadas experiências permitem que aqueles que a vivenciam ou vivenciaram tenham uma maior aptidão para compreender e debater acerca de temas relativos a elas – tais como as experiências vivenciadas pelas mulheres possibilitariam a elas colaborar mais efetivamente com o debate e a construção de políticas públicas relativas às situações de violência e desigualdade que lhe são socialmente impostas.<sup>56</sup>

Não se pretende, aqui, defender que mulheres devam apenas falar sobre questões atinentes a vida das mulheres nos espaços de poder, nem que homens não possam participar das discussões e decisões quanto aos direitos das mulheres. Em realidade, a questão não é quem tem legitimidade para falar pelas mulheres, mas, como assegurar às mulheres o acesso às oportunidades de deliberação e decisão, para que suas vozes e suas vivências sejam ouvidas e possam ajudar na construção das políticas de que são destinatárias.

Conclui-se, portanto, que os atributos de uma forma de representação política são tão relevantes na busca de uma representação mais justa dos grupos marginalizados quanto os da outra. Assim, a política de presença e a política de

---

<sup>54</sup> Phillips, primeiramente, defende, como argumento normativo adicional à política de presença, que esta possibilitaria a representação da identidade de grupos. Contudo, em obra posterior, Phillips vai falar mais de perspectiva social ao invés de identidade, considerando-o como um conceito menos fechado e com caráter mais, cumprindo a mesma função que a identidade, mas escapando do potencial essencialismo. MIGUEL, Luis Felipe. Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba. v. 18. n. 36. pp. 25-49. jun 2010. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31626>>. Acesso em: 27.01.17. p.29.

<sup>55</sup> Phillips e Young, em que pese concordem com a dimensão substantiva da representação política de grupos marginalizados, tem posições diferentes quanto aos mecanismos de garantia da presença destes grupos nos espaços de poder. PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença. **Estudos Feministas**, Florianópolis. v. 9. n. 1. pp. 268-290. jan 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8615.pdf>>. Acesso em: 15.01.2017 e SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. **Teoria política feminista e representação substantiva: uma análise da bancada feminina da Câmara dos Deputados**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-03042017-121744/>>. Acesso em: 15.08.2017.

<sup>56</sup> PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal? In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). **Teoria Política feminista: textos centrais**. Belo Horizonte: Editora Horizonte, 2013. p.283-304.

ideias não devem ser entendidas como categorias opostas e mutuamente excludentes – como tradicionalmente faz a teoria clássica política – mas sim como conjunto de qualidades, de forma que a representação seja interpretada como a conjunção das ideias com as características pessoais das pessoas que as conduzem.<sup>57</sup>

A política de ideias não deve ser interpretada à luz da ideia de que mulheres partilham interesses e demandas idênticas. É sabido que nem toda mulher eleita compartilhará os mesmos interesses e opiniões com as representadas apenas por possuírem a mesma condição biológica. Os indivíduos possuem identidades múltiplas, oscilando entre elas, de modo que, temporariamente, uma pode exercer uma influência maior sobre os interesses individuais, não sendo concebível, portanto, alegar a existência de interesses comuns compartilhados por todos que compõe uma determinada categoria social.

Neste sentido, Phillips afirma que é justamente a existência de uma variável gama de interesses não cristalizados das mulheres, exigindo uma maior reflexão na elaboração de políticas públicas eficientes, que reforça o argumento de mais mulheres como representantes.<sup>58</sup> Soma-se a esta visão Jane Mansbridge<sup>59</sup>, afirmando que a relação entre representação descritiva e representação substantiva é vantajosa em quatro contextos sócio-políticos. Dentre estes, está o cenário de desconfiança grupal e interesses indefinidos, no qual a melhor comunicação e conhecimento experiencial dos representantes descritivos aumentam a representação substancial e melhoram a qualidade das deliberações.

Este entendimento se alicerça na ideia de que representantes e eleitores que compartilham um conjunto de experiências comuns, e por as partilharem “podem frequentemente ler os sinais uns dos outros de forma relativamente mais

---

<sup>57</sup> PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença. **Estudos Feministas**, Florianópolis. v. 9. n. 1. pp. 268-290. jan 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8615.pdf>>. Acesso em: 15.01.2017. p.289.

<sup>58</sup> PHILLIPS, Anne. **Democracy and Representation: Or, why should it matter who our representatives are?** Disponível em: < <http://www.e-periodica.ch/cntmng?pid=svp-003%3A1994%3A34%3A%3A341>>. Acesso em: 03.04.2017. p.72-73.

<sup>59</sup> MANSBRIDGE, Jane. Should Blacks Represent Blacks and Women Represent Women? A Contingent "Yes". **The Journal Of Politics**, Austin. pp. 628-657. ago 1999. Disponível em: <[https://wappp.hks.harvard.edu/files/wappp/files/should\\_blacks\\_represent\\_blacks\\_and\\_women\\_represent\\_women\\_a\\_contingent\\_yes1.pdf](https://wappp.hks.harvard.edu/files/wappp/files/should_blacks_represent_blacks_and_women_represent_women_a_contingent_yes1.pdf)>. Acesso em: 20. 05. 2017. p. 641.

fácil e se engajar em meios relativamente precisos de comunicação simplificada<sup>60</sup>. Isso se justifica porque quando as questões que envolvem um determinado grupo não são bem definidas e consolidadas, como as questões de gênero, há um abismo na comunicação entre membros desses grupos e membros de outros grupos que não conseguem compreender adequada e profundamente quais os interesses representados e as demandas políticas defendidas.<sup>61</sup> Assim, a representação nestes casos é melhor obtida de um representante que compartilha da mesma perspectiva social.

Mansbridge ressalta que, neste aspecto, a comunicação importante acaba sendo não a vertical entre representantes e representados, mas sim a horizontal entre legisladores, pois o representante descritivo poderá fazer uso de elementos decorrentes das experiências compartilhadas com os eleitores “para entender as ramificações inexploradas das questões recém-apresentadas e também falar sobre essas questões com uma voz carregada da autoridade da experiência”.<sup>62</sup>

Logo, a presença de mais mulheres nos espaços de decisão validada não pelo compartilhamento das mesmas opiniões e interesses, mas sim a existência de uma consciência de gênero<sup>63</sup>, ou seja, uma consciência da diferença estrutural existente entre homens e mulheres.

A ideia de consciência de gênero foi mais bem desenvolvida pela filósofa Iris Marion Young sob o termo “perspectiva social”. Young afirma que não existem meios capazes de fazer com que os sistemas de representação garantam que os indivíduos estejam presentes em suas individualidades nos espaços políticos, assim

---

<sup>60</sup> Tradução direta de “ (...) can often read one another's signals relatively easily and engage in relatively accurate forms of shorthand communication”. MANSBRIDGE, Jane. Should Blacks Represent Blacks and Women Represent Women? A Contingent "Yes". **The Journal Of Politics**, Austin. pp. 628-657. ago 1999. Disponível em: <[https://wappp.hks.harvard.edu/files/wappp/files/should\\_blacks\\_represent\\_blacks\\_and\\_women\\_represent\\_women\\_a\\_contingent\\_yes1.pdf](https://wappp.hks.harvard.edu/files/wappp/files/should_blacks_represent_blacks_and_women_represent_women_a_contingent_yes1.pdf)>. Acesso em: 20. 05. 2017. p. 641.

<sup>61</sup> CAMPBELL, Rosie. CHILDS, Sarah. LOVENDUSKI, Joni. Do woman need woman representatives? **British Journal of Political Science**, London. pp. 171-194. dez 2009. Disponível em :< [http://www.mlkrook.org/pdf/Campbell\\_et\\_al\\_09.pdf](http://www.mlkrook.org/pdf/Campbell_et_al_09.pdf)>. Acesso em: 20. 05. 2017. p. 173.

<sup>62</sup> Tradução direta de “ (...) to explore the uncharted ramifications of newly presented issues and also to speak on those issues with a voice carrying the authority of experience”. MANSBRIDGE, Jane. Should Blacks Represent Blacks and Women Represent Women? A Contingent "Yes". **The Journal of Politics**, Austin. pp. 628-657. ago 1999. Disponível em: <[https://wappp.hks.harvard.edu/files/wappp/files/should\\_blacks\\_represent\\_blacks\\_and\\_women\\_represent\\_women\\_a\\_contingent\\_yes1.pdf](https://wappp.hks.harvard.edu/files/wappp/files/should_blacks_represent_blacks_and_women_represent_women_a_contingent_yes1.pdf)>. Acesso em: 20. 05. 2017. p. 644.

<sup>63</sup> PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal? In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). **Teoria Política feminista: textos centrais**. Belo Horizonte: Editora Horizonte, 2013. p. 303.

“devem representar aspectos da experiência de vida, da identidade, das crenças ou atividades mediante as quais uma pessoa tem afinidade com as outras”.<sup>64</sup> Assim, a democracia será fortalecida por meio da pluralidade dos modos e espaços de representação.

Young se propõe a distinguir três modos gerais pelos quais uma pessoa pode ser representada, sendo eles por interesses, opiniões e perspectivas.

Por interesse entende “como aquilo que afeta ou é importante para os horizontes de vida dos indivíduos ou para as metas das organizações”.<sup>65</sup> Interesses são diferentes de ideias e valores, tendo em vista que os primeiros se referem aos meios para se alcançar os fins, enquanto os últimos se configuram em instrumentos para definir quais fins um indivíduo estabelece para si mesmo. A representação concebida como veículo de interesses é recorrente na teoria política de representação.

Por sua vez, as opiniões são concebidas como princípios, valores e prioridades avocadas por um indivíduo para fundamentar sua posição sobre quais políticas devem ser desenvolvidas e quais fins devem ser almejados pela sociedade. Young assevera que “opiniões certamente são contestáveis, e frequentemente algumas podem se mostrar mais bem fundamentadas que outras. Os partidos políticos são o veículo mais comum para a representação de opiniões”.<sup>66</sup>

Por fim, a representação da perspectiva é apresentada por Young como a forma de representar, especialmente, os grupos sociais oprimidos ou desfavorecidos, na medida em que evita o problema de atribuir opiniões ou interesses comuns a todos os membros desses grupos<sup>67</sup>.

Segundo este modo de representação, sustenta-se que os grupos sociais não devem ser concebidos a partir de uma lógica substancial, definindo-os de

---

<sup>64</sup> YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo. n. 67. pp. 139-190. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a06n67.pdf>>. Acesso em: 20.01.2017. p. 157.

<sup>65</sup> YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo. n. 67. pp. 139-190. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a06n67.pdf>>. Acesso em: 20.01.2017. p. 159.

<sup>66</sup> YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo. n. 67. pp. 139-190. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a06n67.pdf>>. Acesso em: 20.01.2017. p. 161.

<sup>67</sup> YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo. n. 67. pp. 139-190. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a06n67.pdf>>. Acesso em: 20.01.2017. p.152.

acordo com um conjunto de características comuns a todos os seus membros e constituidoras de suas identidades, mas por meio de uma lógica relacional, de forma que os indivíduos sejam compreendidos como posicionados nas estruturas dos grupos sem que estas definam suas identidades.

A representação justa seria estruturada a partir da diferenciação de grupos decorrente das distintas perspectivas que os membros de cada grupo social compartilham entre si – “uma vez que pessoas diferentemente posicionadas têm diferentes experiências, histórias e compreensões sociais, derivadas daquele posicionamento”.<sup>68</sup>

A ideia de perspectiva social desenvolvida por Young, portanto, corresponderia às formas diferentes de os indivíduos interpretarem os significados de ações, eventos, regras e estruturas a partir das suas posições sociais estruturais, as quais acarretam experiências particulares e compreensões específicas dos processos sociais e de suas consequências<sup>69</sup>.

Dessa forma, a depender da posição social ocupada, haverá uma forma de compreender o mundo, a sociedade, as questões postas em debate nas assembleias e os processos deliberativos desenrolados nos espaços decisórios. Neste aspecto, indivíduos que estejam próximos no campo social por compartilharem da mesma perspectiva social terão pontos de vista semelhantes, enquanto aqueles que estejam distantes tenderão a ver as coisas de forma distintas, por vezes não tendo nem consciência do que outro grupo, distante de si no campo social, vivencia<sup>70</sup>.

Todavia, quando se diz que determinadas pessoas compartilham da mesma perspectiva social não se afirma que têm as mesmas opiniões e interesses, pois apesar de compartilharem as mesmas experiências sociais, podem vivenciá-las de forma diferente. É sob este ponto de vista que Young aponta que “pessoas que têm uma perspectiva semelhante sobre processos e temas sociais (...) frequentemente

---

<sup>68</sup> YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo. n. 67. pp. 139-190. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a06n67.pdf>>. Acesso em: 20.01.2017. p.162.

<sup>69</sup> YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo. n. 67. p. 139-190. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a06n67.pdf>>. Acesso em: 20.01.2017. p.163.

<sup>70</sup> YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo. n. 67. pp. 139-190. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a06n67.pdf>>. Acesso em: 20.01.2017. p. 167.

têm interesses ou opiniões, não obstante, diferentes, já que raciocinam de modos diferentes a partir daquilo que experienciam, ou têm metas e projetos diferentes”.<sup>71</sup>

Por isso, podemos afirmar que a diferença entre homens e mulheres, numa perspectiva política, não é moral, mas sim estrutural e relacionada às posições ocupadas por cada um na estrutura social. Sendo assim, a presença de mulheres nos espaços deliberativos se impõe não só por uma questão de igualdade de acesso, mas também para que a sua perspectiva social seja considerada na construção de políticas públicas, em especial aquelas que dizem respeito à concretização de seus direitos.

Partindo deste aporte teórico, o presente trabalho se propõe a analisar a atuação das mulheres eleitas no que diz respeito às demandas das mulheres. Assim, já tendo a “política de presença” sido realizada com a presença física destas mulheres nos espaços deliberativos de poder, resta analisar se uma “política de ideias” pode ser identificada. Esta verificação será realizada mediante a investigação do discurso das vereadoras eleitas nas sessões plenárias e da atuação política das mulheres, buscando apurar se há um compartilhamento da perspectiva social de gênero as eleitas.

---

<sup>71</sup> YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo. n. 67. pp. 139-190. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a06n67.pdf>>. Acesso em: 20.01.2017. p. 163.

### 3. OS DISCURSOS EM PLENÁRIO E A PERSPECTIVA SOCIAL DAS MULHERES: UMA ANÁLISE DA REPRESENTATIVIDADE SUBSTANTIVA NAS ATUAÇÕES DAS VEREADORAS DE CURITIBA NAS SESSÕES PLENÁRIAS

Para analisar a representação substantiva dos grupos minoritários em um contexto político específico, é necessária a adoção de uma metodologia analítica que estabeleça mecanismos para se atingir o objetivo. O trabalho adota a metodologia desenvolvida por Karen Celis para analisar a representatividade substantiva das mulheres em espaços legislativos. Segundo Celis, é necessário que se observe a concretização de dois critérios: a proposição e aprovação de legislação que trata de questões ligadas às mulheres e a inclusão da perspectiva das mulheres no processo legislativo<sup>72</sup>.

Neste capítulo, se abordará o segundo critério, que corresponde à dimensão de “falar pelas mulheres”, isto, pois, antes de analisar o posicionamento das parlamentares na propositura e aprovação de projetos de lei favoráveis às mulheres, é necessário observar o cenário político em que este processo legislativo se desenvolverá.

Como a votação é apenas a fase final do processo representativo, o primeiro passo para garantir a representação substantiva é ampliar a agenda política com as questões das mulheres. Isso pode ser feito através da introdução de questões referentes à mulher durante os debates parlamentares, configurando-se como uma fase preparatória crucial para o estabelecimento de legislação para mulheres, pois apresentar as perspectivas das mulheres no debate é ato importante para fazer certos assuntos ou posições politicamente aceitáveis<sup>73</sup>.

Assim, nesse momento, se realizará uma investigação do discurso das vereadoras do Município de Curitiba nas sessões plenárias, fazendo interligações com suas formações políticas e os discursos eleitorais. Com base nos resultados obtidos, busca-se identificar, de forma genérica, se há um compromisso com os

---

<sup>72</sup> CELIS, Karen. Substantive Representation of Women (and Improving it): What it is and should be About?. **Comparative European Politics**, London. v. 1. pp.95-113. abr 2009. Disponível em: < <https://link.springer.com/article/10.1057/cep.2008.35>>. Acesso em: 20.07.2017. p. 97.

<sup>73</sup> CELIS, Karen. Substantive Representation of Women (and Improving it): What it is and should be About?. **Comparative European Politics**, London. v. 1. pp.95-113. abr 2009. Disponível em: < <https://link.springer.com/article/10.1057/cep.2008.35>>. Acesso em: 20.07.2017. p. 98.



temas de gênero, voltado neste aspecto às mulheres, a ponto de integrarem suas manifestações plenárias.

É fundamental esclarecer que, ao analisar a atuação das mulheres eleitas a partir de uma perspectiva da temática de gênero, não se intenta nem defender a redução do papel exercido pelas vereadoras tão somente à defesa de questões relativas às mulheres, nem a participação apenas na construção de políticas públicas envolvendo-as. A participação das mulheres nos espaços deve ser ampla, de forma que as eleitas participem das deliberações em todas as áreas de atuação. Não se pretende repetir a conduta da política tradicional que restringe a atuação das mulheres às áreas tradicionalmente femininas<sup>74</sup>, ligadas ao cuidado e à família, ao contrário, busca-se defender que as vozes femininas tenham influência efetiva na construção de políticas econômicas, trabalhistas, financeiras, de infraestrutura, e todas as demais consideradas como áreas de atuação “naturalmente” masculinas.

É neste sentido que a ideia de perspectiva social é imprescindível para se compreender o tema, tendo em vista ser compreendida como um ponto de partida para a atuação das mulheres e não o conteúdo principal da atividade representativa das parlamentares.

### 3.1 A PERSPECTIVA SOCIAL NA REPRESENTAÇÃO SUBSTANTIVA DAS DEMANDAS POLÍTICAS DAS MULHERES

A representação substantiva se alinha, para atingir os fins desse trabalho, à representação de perspectivas desenvolvida por Young.

As maiores críticas à defesa da representação política de grupos oprimidos encontram base no argumento de que os membros desses grupos não compartilham os mesmos interesses e opiniões. Com razão, pois integrar um grupo não significa necessariamente expressar as mesmas demandas e opiniões. Essa ideia de coincidência entre as ações das representantes e os interesses das eleitoras é equivocada, já que as mulheres podem e irão discordar sobre quais são seus

---

<sup>74</sup> PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007. Disponível em: < [www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/.../vozes-femininas.../file](http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/.../vozes-femininas.../file)>. Acesso em: 16.12.2016.p. 153.

interesses<sup>75</sup>. A “representação da perspectiva”<sup>76</sup> se manifesta como a melhor forma de interpretar a atividade do representante na busca de uma representação justa dos grupos marginalizados.

A ideia de perspectiva social não tem um conteúdo específico e determinado, e é nesse ponto que se encontra a maior diferença com os interesses e as opiniões. Consiste, na verdade, em um “conjunto de questões, experiências e pressupostos mediante os quais mais propriamente se iniciam raciocínios do que se extraem conclusões”<sup>77</sup>.

Nesse sentido, os indivíduos, não obstante compartilhem da mesma perspectiva social, podem ter opiniões diferentes e, inclusive, conflitantes, já que a perspectiva não determinará o que se vê, podendo perceber as experiências vivenciadas de modos diferentes.

O ponto central desse conceito não está em um compartilhamento de crenças iguais entre as pessoas do grupo social, mas sim no estabelecimento de uma afinidade com a forma como o outro descreve o que vivencia, uma compreensão mais aprofundada das situações sociais experimentadas pelas pessoas que estão nas mesmas posições e que não pode ser compreendida da mesma maneira por pessoas posicionadas diferentemente<sup>78</sup>. Isso não implica afirmar que pessoas diferentemente posicionadas na estrutura social não possam compreender um aspecto da realidade social da outra, mas será mais difícil compreender a vivência decorrente de perspectivas sociais diferentes daquelas que compartilham.<sup>79</sup>

---

<sup>75</sup> SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. **Teoria política feminista e representação substantiva: uma análise da bancada feminina da Câmara dos Deputados**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-03042017-121744/>>. Acesso em: 15.08.2017. p. 55.

<sup>76</sup> YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo. n. 67. pp. 139-190. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a06n67.pdf>>. Acesso em: 20.01.2017. p. 158.

<sup>77</sup> YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and democracy**. Oxford University Press on Demand, 2002. p. 137.

<sup>78</sup> MANSBRIDGE, Jane. Should Blacks Represent Blacks and Women Represent Women? A Contingent "Yes". **The Journal Of Politics**, Austin. pp. 628-657. ago 1999. Disponível em: <[https://wapp.hks.harvard.edu/files/wapp/files/should\\_blacks\\_represent\\_blacks\\_and\\_women\\_represent\\_women\\_a\\_contingent\\_yes1.pdf](https://wapp.hks.harvard.edu/files/wapp/files/should_blacks_represent_blacks_and_women_represent_women_a_contingent_yes1.pdf)>. Acesso em: 20. 05. 2017. p. 643.

<sup>79</sup> YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and democracy**. Oxford University Press on Demand, 2002. p. 137.

Ademais, a perspectiva pode ser vivenciada de uma forma mais ou menos autoconsciente<sup>80</sup>. Frisa Sarah Childs que “embora as mulheres não expressem abertamente um compartilhamento de senso de feminismo ou identidade de gênero, elas podem, de fato, tacitamente, ter opiniões semelhantes ou ter uma orientação feminista implícita”,<sup>81</sup> expressa na defesa da igualdade de gênero. Em pesquisa desenvolvida nas assembleias legislativas da Grã-Bretanha, a cientista observou que, malgrado houvesse diferenças substanciais nos posicionamentos das representantes políticas, as mulheres eram mais hostis aos papéis tradicionais de gênero e apoiavam mais as medidas para melhorar a representação descritiva das mulheres<sup>82</sup>. Esta também foi a conclusão obtida por Celis na pesquisa desenvolvida na *Lower House* da Bélgica, afirmando a autora que embora a presença de mulheres parlamentares não provocasse rupturas drásticas, tanto na representação das mulheres quanto de seus interesses, as mulheres parlamentares eram as únicas a criar certos grupos de mulheres e a desenvolver agendas políticas favoráveis às mulheres.<sup>83</sup>

Em razão das ideias expostas, entende-se que a representação de perspectiva social de gênero se alinha aos objetivos da pesquisa. Primeiramente, porque não parte da premissa de que as mulheres eleitas dividem a mesma opinião e os mesmos interesses, respeitando assim a influência de outros aspectos que constroem o seu ser e determinam a sua posição social, como raça, religião e classe social. Reitera-se que a defesa da representação substantiva das mulheres não induz a ideia de que todas tenham que defender a mesma posição, mas sim que tenham como ponto de partida de sua atuação política a perspectiva social de gênero, reproduzindo as vozes femininas representadas, em especial na construção das políticas públicas destinadas às mulheres e à concretização de seus direitos. É

---

<sup>80</sup> YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and democracy**. Oxford University Press on Demand, 2002. p. 139.

<sup>81</sup> Tradução direta de “(...) although women may not overtly express a shared sense of feminism or gender identity, they may, in fact, tacitly hold similar views or have an implicit feminist orientation”. CAMPBELL, Rosie. CHILDS, Sarah. LOVENDUSKI, Joni. Do woman need woman representatives?. **British Journal of Political Science**, London. pp. 171-194. dez 2009. Disponível em: < [http://www.mlkrook.org/pdf/Campbell\\_et\\_al\\_09.pdf](http://www.mlkrook.org/pdf/Campbell_et_al_09.pdf) >. Acesso em: 20. 05. 2017. p. 174.

<sup>82</sup> CAMPBELL, Rosie. CHILDS, Sarah. LOVENDUSKI, Joni. Do woman need woman representatives?. **British Journal of Political Science**, London. pp. 171-194. dez 2009. Disponível em:<[http://www.mlkrook.org/pdf/Campbell\\_et\\_al\\_09.pdf](http://www.mlkrook.org/pdf/Campbell_et_al_09.pdf)>. Acesso em: 20. 05. 2017. p. 194.

<sup>83</sup> CELIS, Karen. Substantive Representation of Women (and Improving it): What it is and should be About?. **Comparative European Politics**, London. v. 1. pp. 95-113. abr 2009. Disponível em: < <https://link.springer.com/article/10.1057/cep.2008.35> >. Acesso em: 20.07.2017. p. 114.

importante salientar, ademais, que as mulheres devem atuar em todas as áreas políticas, em especial nos setores tradicionalmente masculinos, como economia, finanças e infraestrutura<sup>84</sup>, desconstruindo a reprodução do papel tradicionalmente atribuído às mulheres, ligado à esfera privada<sup>85</sup>.

Assim, em razão do compartilhamento da perspectiva social entre as mulheres, espera-se que as representantes adotem uma atuação política que busca, não primordialmente, mas continuamente, a construção de políticas de igualdade de gênero. Enfatiza Childs que, devido à perspectiva de gênero relacionada ao posicionamento das mulheres na estrutura social, as eleitas vivenciam um sentimento de pertencimento, compartilhando objetivos em comum com outras mulheres – “elas querem ver um avanço na condição política, social e econômica das mulheres e vivenciam um sentimento recíproco de que seus destinos estão ligados com as mulheres”.<sup>86</sup>

No entanto, ressalva-se que uma análise das relações de gênero que não problematize o modo como as desigualdades de classe e de raça configuram o indivíduo, posicionando de forma distinta as mulheres nas relações de poder, anula as experiências e interesses de diversas mulheres, perdendo seu potencial analítico e transformador.

A noção de interseccionalidade, desenvolvida pelas teóricas feministas negras, sob este aspecto, é apresentada como um paradigma empírico e normativo que permite analisar a ação política e as relações de poder através da conjunção de formas articuladas de opressão.<sup>87</sup>

Kimberlé Crenshaw definiu este paradigma de análise com a expressão subordinação interseccional estrutural, a qual representaria “uma gama complexa de circunstâncias em que as políticas se intersectam com as estruturas básicas de

---

<sup>84</sup> PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007. Disponível em: < [www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/.../vozes-femininas.../file](http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/.../vozes-femininas.../file)>. Acesso em: 16.12.2016.p. 153.

<sup>85</sup> PATEMAN, Carole. Críticas Feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (Org.). **Teoria Política feminista: textos centrais**. Belo Horizonte: Editora Horizonte, 2013. p. 60.

<sup>86</sup> Tradução direta de “(...)they want to see woman's 'social, economic and political status' improved and experience a 'reciprocated sense of having [their] fate linked' with woman”. CHILDS, Sarah. **Women and British Party Politics: Descriptive, Substantive and Symbolic Representation**. London: Routledge, 2008. p. 105.

<sup>87</sup> MIGUEL, Luis Felipe. BIROLI, Flávia. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, Londrina. n. 2. pp. 27-55. jul-dez 2015.

desigualdade”.<sup>88</sup> Os indivíduos se configuram como o ponto em que diversas opressões se cruzam, produzindo a sua posição social. Assim, os obstáculos estruturais, institucionais à autonomia das mulheres criados pela dominação masculina são vivenciados de forma diferente pelas mulheres negras, pelas mulheres brancas, mulheres assalariadas, mulheres proprietárias – pois os mecanismos de opressão não decorrem apenas da clivagem de gênero.

Biroli e Miguel afirmam, nesse sentido, que quando algumas mulheres ocupam cargos políticos, se forem mantidas as hierarquias de classe e raça, não produzirão alterações na vida de tantas outras, nem haverá a anulação das relações de dominação masculina que incidem sobre essas. Isso porque os padrões da opressão de gênero sofridos pelas mulheres trabalhadoras, pobres e negras não são ou são pouco afetados pelo êxito das mulheres de nível superior, economicamente privilegiadas e brancas – ainda que este êxito implique em algum enfrentamento ao sexismo.<sup>89</sup>

Assim, não é a vivência de um componente de sua identidade que define o acesso desigual à renda, ocupação e participação política e que, portanto, conforma a perspectiva social de um indivíduo, mas um conjunto cruzado de privilégios e desvantagens que incide sobre sua história. Impõe-se, portanto, que se adote uma análise interseccional na discussão sobre representação política, para que não se oculte problemas vivenciados por aquelas em que as opressões se cruzam.

Portanto, encontram-se obstáculos para analisar a Câmara Municipal de Curitiba, no aspecto da relação entre representação descritiva e substantiva, tendo em vista que, tal quais outros espaços legislativos é composta predominantemente por mulheres brancas de classe média ou alta.

O que se faz aqui é afirmar, como o fez Beatriz Sanchez, que as posições defendidas pelas parlamentares brancas e de classe social alta “representam uma perspectiva social específica e que, enquanto outras mulheres não forem incluídas

---

<sup>88</sup> CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis. v.10. n. 1. pp. 171-187. jan 2002, p. 179.

<sup>89</sup> MIGUEL, Luis Felipe. BIROLI, Flávia. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, Londrina. n. 2. pp. 27-55. jul-dez 2015. p. 46.

nos espaços de representação, suas experiências continuarão sendo marginalizadas na esfera pública”.<sup>90</sup>

Feitas estas considerações, e levando em conta que o conceito de perspectiva social não tem um conteúdo definido específico, explicitam-se as delimitações as que se considerou a perspectiva de gênero para a análise da representatividade das mulheres.

A pesquisa optou pela igualdade de gênero como conteúdo do parâmetro de análise para se aferir a representação substantiva, uma vez que se trata de um conceito abstrato, permitindo conglomerar várias posições políticas que se enquadram nesse amplo objetivo, facilitando a análise empírica.

A escolha da igualdade de gênero também se faz por se tratar de tema que afeta a vida de todas as mulheres, em maior ou menor grau, o que é evidenciado por investigações realizadas por diversos institutos de pesquisa.

Em um breve recorte por estas pesquisas, ressalta-se que, segundo dados do PNAD<sup>91</sup>, as mulheres ganham, em média, 76, 1% do que ganham os homens. Outrossim, segundo dados da pesquisa Retratos da Desigualdade de Gênero e Raça<sup>92</sup>, as mulheres trabalham 7,5 horas a mais que os homens na semana, sendo que gastam 14,4 horas a mais com trabalho doméstico na semana, em média. Ainda, 43% das mulheres foram vítimas de agressão física dentro da própria casa. Neste sentido, segundo pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 85%

---

<sup>90</sup> SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. **Teoria política feminista e representação substantiva: uma análise da bancada feminina da Câmara dos Deputados**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-03042017-121744/>>. Acesso em: 15.08.2017.

<sup>91</sup> BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de Indicadores**. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>>. Acesso: 01.06.2017.

<sup>92</sup> BRASIL. Ministério do Planejamento. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4ª ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso em: 01.06.2017.

das mulheres tem medo de sofrer agressão sexual<sup>93</sup>, 13 mulheres são assassinadas por dia no Brasil<sup>94</sup>.

Assim, este cenário de desigualdade social e econômica vivenciado pelas mulheres na sociedade brasileira compõe a ideia de perspectiva social que direciona as pesquisas e análises realizadas.

### 3.2 A REPRESENTAÇÃO SUBSTANTIVA DAS MULHERES NOS DISCURSOS DAS VEREADORAS NAS SESSÕES PLENÁRIAS.

O levantamento dos discursos proferidos nas sessões plenárias foi feito através dos vídeos disponibilizados pela própria Casa Legislativa em seu canal no sítio eletrônico de compartilhamento de vídeos *Youtube* – Câmara Municipal de Curitiba.<sup>95</sup> Foram analisadas as sessões que ocorreram entre o dia 06.02.2017 e o dia 26.04.2017, sendo atribuída maior relevância aos discursos realizados no pequeno expediente<sup>96</sup> e no grande expediente<sup>97</sup>.

Nos debates do pequeno expediente, buscou-se identificar se as mulheres colocavam na pauta da agenda política da Câmara Municipal as questões relativas ao gênero, reproduzindo, nesse espaço de poder decisório, as vozes femininas,

---

<sup>93</sup> FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Percepção sobre violência sexual e atendimento a mulheres vítimas nas instituições policiais.** São Paulo: Datafolha, set 2016. Disponível em: <[http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2016/09/FBSP\\_Datafolha\\_percepcaoviolenciasexual\\_set2016.pdf](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2016/09/FBSP_Datafolha_percepcaoviolenciasexual_set2016.pdf)>. Acesso em: 01.06.2017.

<sup>94</sup> BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Atlas da Violência.** n. 17. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. mar 2016. Disponível em: <[http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2016/03/IPEA\\_FBSP\\_atlasdaviolencia2016.pdf](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2016/03/IPEA_FBSP_atlasdaviolencia2016.pdf)>. Acesso em: 01.06.2017.

<sup>95</sup> CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. CMC. Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCJcOI81tiobWp9FyeCuJMiW>>. Acesso em: 22.05.2017.

<sup>96</sup> Por Pequeno Expediente entende-se o período da sessão destinado à leitura e aprovação da ata, à leitura do sumário do expediente e do sumário das proposições encaminhadas à mesa. Tem duração de trinta minutos, sendo que cumprida as referidas tarefas, havendo tempo restante, pode ser utilizado por inscritos para abordarem assuntos de livre escolha, sem apartes dos outros vereadores, tendo cada orador o tempo limite de cinco minutos de fala. (Art. 92 e 93 do Regimento Interno da CMC). Informações extraídas do Regimento Interno da CMC disponível em: [https://www.cmc.pr.gov.br/down/regimento\\_Mar\\_2013.pdf](https://www.cmc.pr.gov.br/down/regimento_Mar_2013.pdf). Acesso em: 20.07.2017.

<sup>97</sup> O Grande Expediente tem duração máxima de uma hora e quinze minutos. Neste momento, cada vereador pode fazer uso da palavra uma única vez, durante quinze minutos improrrogáveis, para tratar de assunto de livre escolha, sendo permitidos apartes breves dos outros vereadores. O período final do grande expediente é destinado às lideranças do Prefeito, de partidos, de blocos parlamentares, dispondo cada líder de cinco minutos improrrogáveis, podendo tratar assunto de livre escolha, sendo vedado apartes dos demais vereadores. (Art. 97 do Regimento Interno). Informações extraídas do Regimento Interno da CMC disponível em: <[https://www.cmc.pr.gov.br/down/regimento\\_Mar\\_2013.pdf](https://www.cmc.pr.gov.br/down/regimento_Mar_2013.pdf)>. Acesso em: 20.07.2017.

assim como se traziam ao debate a elaboração ou aprimoramento de políticas públicas voltadas às mulheres. Por sua vez, nos debates das propostas legislativas, objetivou-se verificar se as vereadoras, nos projetos que tinham alguma relação com as questões de gênero, ainda que tangencialmente, traziam colaborações em relação aos direitos e interesses da mulher, aprimorando o debate e a deliberação em torno do tema.

Como método de análise, para uma melhor compreensão e desenvolvimento da investigação, optou-se por abordar as falas de cada vereadora individualmente, destacando suas principais falas e seu posicionamento.

Reitera-se que, ao analisar as falas das vereadoras, não se pretendeu defender que as representantes só reproduzem a perspectiva de gênero na atividade representativa ao abordar com frequência temas relativos às mulheres. Em verdade, objetiva-se examinar se quando abordado esses temas houve manifestação das eleitas, fortalecendo as vozes femininas nos processos de deliberação.

A vereadora Dona Lourdes falou apenas uma vez em plenário, quando lhe foi atribuída a função de entregar um título de cidadão honorário. Ademais, no Dia Internacional da Mulher, em que foi cedido espaço para apenas as mulheres discursarem, a vereadora cedeu seu espaço às demais.

A vereadora que mais abordou o tema dos direitos das mulheres foi a Doutora Maria Letícia Fagundes (Partido Verde – PV). Em sua campanha eleitoral, enfatizou que sua bandeira política era a defesa dos direitos das mulheres, em especial contra a violência física, sexual, psicológica<sup>98</sup>. Os projetos de lei que versam sobre questões de gênero, problematizando a questão do assédio e da violência vivenciados pelas mulheres, são todos de iniciativa dessa vereadora.

É relevante contextualizar sua atuação profissional com seus discursos nas sessões plenárias. Isso porque a Doutora Maria Letícia tem uma relação muito próxima com o movimento das mulheres e com a luta para assegurar os seus direitos. A parlamentar é ginecologista e trabalha no Instituto Médico Legal, em

---

<sup>98</sup> FAGUNDES, Maria Letícia. Dra Maria Letícia Fagundes. Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/leticia4234>> Acesso: 15.05.2017.



especial com os casos de mulheres em situação de violência, ainda é fundadora da ONG Mais Marias, que combate a violência doméstica e contra a mulher.<sup>99</sup>

Nas sessões, suas falas abordaram, primordialmente, dois temas: as questões relativas à saúde da mulher, destacando-se temas como a vacina da HPV e o atendimento neonatal na rede pública e às mulheres vítimas de violência, sobrelevando as reflexões sobre a condição da mulher na sociedade brasileira.

Dentre estas, três falas tiveram mais destaque, pois ilustram o posicionamento da vereadora na construção por políticas de igualdade de gênero. Em primeiro lugar, trouxe à discussão a situação de violência verbal e psicológica que vivenciou, em consequência de sua iniciativa legislativa para a punição aos assédios verbais nos locais públicos.

Bom dia a todos novamente. (...) Semana passada quando protocolei projeto de lei que trata do assédio sexual nas ruas, eu sofri uma avalanche de críticas, eu não posso chamar sequer de críticas algumas delas, porque as críticas não se dirigiram ao meu projeto, as críticas foram ataques a Maria Letícia, a Maria Letícia mulher, a Maria Letícia mãe, a Maria Letícia médica e a Maria Letícia agora vereadora. Na verdade, quando a gente vê este tipo de crítica uma vez colocado um projeto que trata da proibição do assédio sexual nas ruas, a gente acerta no alvo, não haveria outra maneira, a reação não seria tão brutal e tão indigna se eu não tivesse acertado no alvo. (...). Insano, foi o que eu pensei na época, mas necessário de certa forma para que nós possamos despertar a consciência de todos os Curitibanos e em especial aqui, amigos vereadores, porque se trata de uma questão de família. Esta questão não vai mudar minha trajetória, ..., eu falo agora para as pessoas que estão alinhadas com esta causa, homens e mulheres que desejam respeito e igualdade entre homens e mulheres, vocês têm aqui, na Câmara Municipal de Curitiba, uma aliada, contem comigo. Eu tenho experiência, não me faltam experiência e competência para tratar deste assunto, nem coragem. (...) A minha missão é esta, fazer o enfrentamento a violência contra mulheres e crianças.

Sobressai, também, discurso proclamado na sessão do dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher:

Bom dia, Vereadores e Vereadoras, bom dia a todos. (...) Gostaria na verdade de dizer a todos os meus colegas vereadores homens que eu estou muito grata pelos cumprimentos que recebi, mas eu gostaria mesmo de receber os cumprimentos todos os dias, quando trabalho sete horas e meia a mais que os senhores por semana, dados publicados pelo IPEA recentemente na sexta feira. Eu gostaria de receber os cumprimentos todos os dias porque todas as mulheres ganham 30% a menos que os homens, dados publicados pelo IPEA na sexta feira. Então, momento de reflexão,

---

<sup>99</sup> FAGUNDES, Maria Letícia. Vereadora Maria Letícia. Sobre. Disponível em: <http://vereadoramarialeticiafagundes.com/sobre>. Acesso em: 15.05.2017.

grata novamente pelos cumprimentos, mas vamos pensar que a mulher ainda não ocupa o espaço que deve ocupar de igualdade e de equilíbrio com os senhores homens.

Nesta mesma senda, deve-se destacar a sua fala na sessão do dia 20 de março, quando fez um aparte à iniciativa, do Vereador Paulo Rink, de encaminhamento ao Executivo Municipal da sugestão de intensificar a campanha de informação sobre os serviços da Prefeitura Municipal de Curitiba para o atendimento e apoio às mulheres em situação de violência. Anota-se, neste particular, que, das mulheres, apenas as vereadoras Maria Letícia e Noêmia Rocha se manifestaram nesse momento da sessão:

Bom dia vereadores, vereadoras, ..., muito feliz com o projeto do vereador Paulo Rink, quero cumprimentar o vereador porque demonstra que muito claramente a sensibilidade dos homens à causa das mulheres. E no entendimento de quem milita nesta causa, homens e mulheres devem juntos fazer o enfrentamento. Existem muitas ações que acontecem já na cidade de Curitiba que foram construídas ao longo destes anos pelos movimentos sociais e também pela Secretaria da Mulher. Eles não podem parar. (...) Parabéns ao Vereador, eu quero cumprimentá-lo, porque isso faz com que agora a gente tenha um pedido oficial da continuidade de todas as políticas públicas que tratam de mulheres. (...). Em Curitiba, existe uma Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência, esta rede é composta por várias instituições (...). Sem a Rede de Atendimento, nada do que aconteceu de positivo na cidade de Curitiba, inclusive no Estado, teria acontecido. Embora enfrentamos ainda um número enorme de violência (..) quase 11 mil exames de lesão corporal ao ano de mulheres no Instituto Médico Legal são registrados. O que mostra a ponta do iceberg, porque muitas ainda nem denunciam. Então, é importante e necessário que as políticas públicas se mantenham na cidade de Curitiba, coisa que foi construída com o suor de todos e de todas na cidade.

Outra vereadora que contribuiu com discussões sobre temas relativos às políticas públicas para as mulheres e problematizou a condição da mulher na sociedade foi a vereadora Professora Josete (Partido dos Trabalhadores – PT).

Em sua campanha eleitoral<sup>100</sup>, a vereadora declarou que sua bandeira política é a defesa dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores<sup>101</sup>. Não obstante o conteúdo da maior parte de suas falas esteja relacionado à condição e aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, sempre que oportunizado, a

<sup>100</sup> DA SILVA, Josete Dubiaski. Josete Professora. Disponível em: <<http://www.youtube.com/user/JoseteProfessora>>. Acesso em 15.05.2017.

<sup>101</sup> DA SILVA, Josete Dubiaski. Professora Josete. Planejamento Estratégico. Disponível em: <http://www.professorajosete.com.br/planejamento-estrategico/>. Acesso em 15.05.2017.

vereadora contribuiu e propiciou o debate sobre os direitos das mulheres a partir da sua vivência.

Ademais, a vereadora presidiu a Tribuna Livre<sup>102</sup> quando o tema apresentado foi o trabalho desempenhado pela Casa da Mulher Brasileira. Na ocasião, abordou o tema da violência contra as mulheres e a importância do serviço prestado pela Casa para o combate e prevenção a essa espécie de violência.

Para mais, na sessão do dia 08 de março, em seu discurso refletiu e criticou a condição desigual das mulheres na sociedade:

(...) Que é um dia importante de comemoração, mas acima de tudo um dia de reflexão. E acho que cabe a nós, mulheres, sempre que possível, nos espaços onde nós atuamos trazer esta pauta da questão da mulher. Não só em relação à ocupação de espaços de poder, porque somos mais de 50% da população e sabemos que a nossa representação nestes espaços está muito aquém disso. Mas também fazer uma reflexão sobre a questão da violência contra a mulher. Que é uma questão cotidiana (...) para superar a questão da violência contra a mulher nós temos que buscar construir a igualdade entre homens e mulheres e o entendimento de que somos iguais como sujeitos e sujeitas de direito, podemos ter nossas diferenças biológicas e obviamente a questão cultural faz com que haja outras diferenças, mas nós temos a capacidade de construir a nossa autonomia e temos as condições de buscar, debater, discutir e superar a situação de violência. Eu sou feminista e gosto de dizer isso, porque ainda quando a gente usa esta palavra há um entendimento equivocado, às vezes por falta de conhecimento. O feminismo não é o contrário de machismo, não pressupõe a opressão do outro gênero. O feminismo busca a construção de uma sociedade igualitária, onde homens e mulheres possam conviver lado a lado sem violência, garantindo a igualdade de direitos, a igualdade de oportunidades, para que a gente tenha uma sociedade mais justa, mais pacífica, onde homens e mulheres convivam e possam garantir um futuro melhor para toda a humanidade. É isso que prega o feminismo e por isso sou feminista.

Na sessão plenária de 06 de fevereiro, a vereadora expôs a posição mais crítica à extinção da Secretaria Municipal Extraordinária de Direitos das Mulheres, destacando a importância da atuação desse órgão. Esse tema foi retomado pela vereadora, de forma tangencial, em outras situações nas sessões plenárias:

---

<sup>102</sup> Tribuna Livre é um período das sessões plenárias realizadas às quartas-feiras destinado à pessoas da sociedade civil, as quais poderão abordar assunto de livre escolha. Este período tem tempo de duração máximo de quinze minutos e só pode ser utilizado por uma pessoa por sessão. Ademais, não poderá fazer uso da Tribuna Livre os representantes de partidos políticos, os candidatos a cargos eletivos e integrantes de chapas aprovadas por convenções partidárias, também sendo vedada a manifestação das lideranças de blocos parlamentares. (Artigo 208 e 209 do Regimento Interno da CMC). Informações extraídas do Regimento Interno da CMC disponível em: [https://www.cmc.pr.gov.br/down/regimento\\_Mar\\_2013.pdf](https://www.cmc.pr.gov.br/down/regimento_Mar_2013.pdf). Acesso em: 20.07.2017.

Além disso, há outros temas que nos traz aqui. Um deles, e faço aqui coro com a vereadora Maria Letícia, (...), (de) falar sobre a extinção da Secretaria Extraordinária de Direitos da Mulher. Obviamente, nós pensamos de forma idêntica neste aspecto. Nós entendemos que esse é um retrocesso, e há uma luta dos movimentos de mulheres no sentido de buscar com que esta Secretaria retorne. Acho que o Município não pode abrir mão do avanço que teve, no sentido de ter uma Secretaria Extraordinária. Nós gostaríamos, inclusive, que ela fosse uma Secretaria permanente, infelizmente isso acabou não acontecendo na gestão anterior. Mas, nos surpreendeu o fato da Secretaria Extraordinária, pelo menos até o momento, não ter sido colocada como uma ação importante da atual gestão. Há um acúmulo desta Secretaria, no sentido de ser uma Secretaria que articula com as demais, no sentido de garantir políticas públicas que tragam não só caminhos, políticas públicas para prevenir e combater a violência contra as mulheres, mas também na construção de políticas públicas que levem a construção da autonomia das mulheres. (...) a Secretaria tinha uma centralidade no sentido de articular as ações entre todas as secretarias. Temos também a questão que também é fundamental no sentido de garantir o acompanhamento da Casa da Mulher Brasileira.

Assim, se observa que, malgrado a Vereadora, nas suas falas na tribuna, debata temas relacionados à sua bandeira política, sempre se manifesta quando algum tema relacionado aos direitos das mulheres é suscitado, compartilhando sua vivência e se identificando com a luta pela igualdade e pela construção de políticas públicas para mulheres.

Essa mesma posição é identificada na atuação da vereadora Noêmia Rocha (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB) nas discussões sobre políticas para mulheres. Sempre que foi abordada alguma questão dos direitos das mulheres, a vereadora se manifestou, contribuindo com a sua perspectiva sobre o assunto. Relevante notar que Noêmia é evangélica e, em sua campanha eleitoral, se declara como representante da Assembleia de Deus<sup>103</sup>, reforçando, a todo o momento, o seu posicionamento religioso e seu ponto de vista como mulher evangélica. Contudo, suas manifestações não tem cunho conservador, se alinhando à luta pela igualdade de gênero.

Das exposições orais, destacam-se dois momentos que ilustram as suas colocações. O primeiro ocorreu na sessão do dia 06 de fevereiro, em um aparte feito pela vereadora ao relato da Vereadora Maria Letícia sobre a situação de violência verbal que essa vivenciou. O segundo se trata de seu discurso no Dia Internacional

---

<sup>103</sup> ROCHA, Noêmia de Souza e Silva Alves. Vereadora Noêmia Rocha. Perfil. Disponível em: < <http://noemiarocha.com.br/site/perfil.php> > Acesso em: 01.06.2017.

da Mulher, no qual abordou a questão da desigualdade de gênero nos espaços políticos:

(...) Eu quero parabenizar, na verdade, a cidade de Curitiba pela primeira vez trazer a esta casa oito vereadoras, pela primeira vez na história da Câmara Municipal de Curitiba. E nós mulheres estamos bem decididas, ..., a fazer uma campanha 'mulher vota em mulher', porque somos a maioria deste país e os homens que dominam o parlamento. Somos 52% da população e os homens dominam, elas tão (*sic*) votando nos homens equivocadamente, claro. Então, a importância de estarmos aqui, eu tenho certeza que as oito vereadoras vão contribuir e muito para o desenvolvimento da nossa cidade, a mulher vereadora, parlamentar, deputada, e interessante nos somos 8% no parlamento a nível Brasil, 8% é pouco demais. A gente precisa chegar no 50/50. (...) 50 emoção, 50 razão, aí sim há um equilíbrio neste parlamento. Precisamos pensar em mecanismos aí, campanha, uma questão de cotas, tem até uma proposta, para concluir, de zíper, que assim no partido entra o mais votado homem e a mais votada mulher, foi feito isso no Uruguai,..., e deu um equilíbrio. (...). A gente tem consciência culturalmente o homem é espaço público e a mulher é espaço privado, mas estamos conquistando.

(...) Eu quero pontuar a frente parlamentar que tá sendo idealizada. (...) É um tema importante, a gente tem que mudar, é uma questão cultural, mas a gente tem que mudar esta cultura deste machismo impetrado. Nós já tivemos avanços, mas nunca é suficiente. Eu acho que a gente tem que chegar em um momento em que homem e mulher seriam tratados de uma forma igualitária. O ser humano tem que ser visto como ser humano e não em uma questão de gênero. (...) Eu quero parabenizar esta frente, ..., espero várias ações para que a gente possa crescer e trazer a população, as mulheres em especial. Eu sempre questiono porque mulher não vota em mulher, tanto que os homens dominam o parlamento. Mas é uma questão que a gente possa trabalhar com estas meninas também, mostrando a ela a importância da mulher no parlamento. (...).

Nos discursos da vereadora, é evidente a abordagem de gênero enfocada, primordialmente, na questão da representação política da mulher. Constata-se, contudo, que não há uma participação relevante nas questões relacionadas à desigualdade social, e às situações de violência sexual, verbal, psicológica e física, tal como pôde se perceber na atuação das outras vereadoras.

As três são as parlamentares que tiveram a atuação mais intensa nas discussões envolvendo o tema.

As vereadoras Julieta Reis (Democratas – DEM), Katia Ditttrich (Solidariedade – SD), Fabiane Rosa (Partido Social Democrata Cristão – PSDC) e Maria Manfron (Partido Progressista – PP) fizeram discursos envolvendo a condição da mulher na sociedade no Dia Internacional da Mulher e, excepcionalmente, em outras sessões de forma perfunctória e tangencial a outro tema.

Da análise dos discursos, infere-se que, não obstante abordem a temática da opressão vivenciada pela mulher, expressam-se ou amenizando a situação de opressão vivenciada ou reproduzindo discursos próprios da cultura patriarcal.

Desse grupo, a vereadora Fabiane Rosa foi a que mais se manifestou sobre o tema. Além do discurso no Dia Internacional da Mulher, também fez um aparte ao relato de violência verbal vivenciado pela Vereadora Maria Letícia. Essas intervenções, no entanto, apenas abordaram tangencialmente o tema, tendo a ênfase sido dada à defesa de questões ligadas à sua bandeira política – a defesa dos animais.<sup>104</sup>

(...) Eu não sei se todos sabem, mas existem muitos relatos de mulheres que são vítimas da violência e que essa violência muitas vezes começou pelos animais da casa. Parece que não tem nenhuma relação, mas é extremamente importante se avaliar isso, porque a covardia que é o fator motivador, onde a pessoa agride, é a mesma e às vezes isso começa com os animais e vai para os filhos, vai para a mulher. Então, eu já tive até conversando com a delegada da Delegacia do Meio Ambiente sobre isso, para que no momento da abordagem os policiais também tenham este cuidado de ver os animais da casa, em que situação estão, porque quase sempre eles também são negligenciados e vítimas de violência.

Ademais, o discurso da vereadora no dia da mulher atenuou a condição de desigualdade da mulher na sociedade.<sup>105</sup> Ainda, apontou como justificativa para a presença de mais mulheres nessa legislatura o trabalho que desenvolvido por elas na sociedade.<sup>106</sup>

A vereadora Julieta Reis, por sua vez, tem as posições mais conservadoras dentre as vereadoras, não se posicionando, nem intervindo quando a temática dos direitos das mulheres está em debate. Na fala da sessão do dia 08 de março, a vereadora não abordou temas atinentes à busca pela igualdade entre gêneros. Por outro lado, reproduziu o discurso liberal, alicerçado no universalismo, que impera nos espaços políticos:

---

<sup>104</sup> DA ROSA, Fabiane Delisie Cabral. Vereadora Fabiane Rosa. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/verfabianerosa/>. Acesso em: 01.06.2017.

<sup>105</sup> Transcrição da fala da vereadora Fabiane Rosa: “Somos poucas ainda, é verdade, mas avançamos e é isso que importa, para estimular que mais mulheres participem do processo eleitoral”.

<sup>106</sup> Transcrição da fala da vereadora Fabiane Rosa: “E foram as nossas causas, as nossas bandeiras, o nosso comportamento, a nossa conduta, o nosso desejo de melhorar a vida das pessoas que nos credenciaram de representar a população de Curitiba, chegamos até aqui pelo resultado do nosso trabalho na sociedade e pelas causas que defendemos”.

A nossa luta é igual à confraternização que foi feita hoje, todos nós juntos, trabalhando pela cidade, trabalhando pela nossa família, trabalhando pela população em geral, unidos, porque esta é nossa causa, é a igualdade no trabalho, unidos. Hoje não é dia de grandes filosofias, é dia de alegria, de confraternização e de agradecimento. (...) Tenho certeza que nosso trabalho é digno, eficiente e competente e que juntos nós fazemos cada vez mais por Curitiba.

No entanto, a vereadora, embora tenha essa posição mais conservadora, fez uma abordagem tangencial quanto à desigualdade de gênero, em uma fala sobre a constitucionalidade de uma proposta que previa a isenção de pagamento do estacionamento nos shoppings, na sessão do dia 20 de março:

Só para esclarecer para os senhores vereadores a questão das vigilantes femininas nas agências de segurança, é uma questão de discriminação, aí é diferente a situação, porque estas agências de segurança explicitamente não aceitam mulheres (...). Eles não aceitam mulheres, elas fazem o mesmo curso, elas fazem o mesmo treinamento, e eles não aceitam mulheres. Então, quando eles vão fazer o cadastramento, eles pegam homens e dizem mulheres nós não vamos contratar. Então é um pouco diferente, porque existe a questão da discriminação contra as mulheres, porque se elas fazem o mesmo curso e o mesmo treinamento, elas têm o mesmo direito, é o que defendemos.

A vereadora Katia Dittrich entrevistou poucas vezes nas sessões. Em sua maioria abordou diversos temas que nem sempre diziam respeito a sua bandeira política – a defesa dos direitos dos animais de rua<sup>107</sup> -, mas que também não versavam sobre a temática dos direitos das mulheres, nem mesmo aludiam ao tema. A única fala da vereadora que cuidou do assunto foi a proferida na sessão do Dia Internacional da Mulher, na qual destacou a questão da violência contra a mulher de forma singela e sob uma posição de distanciamento das situações de violência contra a mulher.

A vereadora Maria Manfron, em que pese em sua campanha política tenha abordado e defendido a maior participação das mulheres na política<sup>108</sup>, não adotou uma postura de articulação para construções de políticas públicas e de promoção dos direitos e interesses das mulheres. O único discurso que fez sobre o tema foi na sessão do Dia Internacional da Mulher, em que abordou a questão da desigualdade de gênero.

<sup>107</sup> DITTRICH, Katia. Katia dos Animais. Disponível em: <<https://www.facebook.com/katiadosanimais>>. Acesso em: 15.05.2017.

<sup>108</sup> MANFRON, Maria Francisquini Manfron. Vereadora Maria Manfron. Disponível: [https://www.facebook.com/vereadoramariammanfron/?hc\\_ref=SEARCH](https://www.facebook.com/vereadoramariammanfron/?hc_ref=SEARCH). Acesso em: 15.05.2017.

(...) Quero falar também que as mulheres conseguiram muita coisa já, no espaço que elas vêm conseguindo a passos curtos como diria, mas temos muito a conquistar ainda, temos que caminhar muito ainda para nos igualarmos ou então sermos mais valorizadas (...) Mas hoje é um dia especial, quero parabenizar aos vereadores que nos receberam. (...). Meu muito obrigada, (...), a todas as mulheres que trabalham, que se dedicam a levar o sustento para casa, que sabem da dificuldade, (...), àquelas mulheres que labutam de dia e noite, porque chegando em casa elas tem sim o segundo turno e a maioria trabalha deste jeito. Que elas cada dia consigam seu espaço melhor.

A partir dos discursos das vereadoras, observa-se que a temática da igualdade de gênero foi abordada nas sessões por todas as vereadoras, seja explícita ou implicitamente.

No entanto, é evidente que algumas vereadoras, em que pese abordem a temática quando questões relacionadas às mulheres são postas em debates, não se posicionam a partir da perspectiva de gênero, corroborando com a ideia de que não existem diferenças entre homens e mulheres decorrentes das situações vivenciadas apenas pelas mulheres em virtude da posição estrutural que ocupam na sociedade. Nos discursos dessas parlamentares, o tema é abordado sob um ponto de vista impessoal e abstrato, colocando-se como observadora, fortalecendo a ideia de que a realidade explanada é distante da vivenciada pela parlamentar. Nesta toada, observa-se, da análise dos discursos, que essas parlamentares, quando abordam temas relativos à violência contra a mulher ou à desigualdade de gênero, fazem uso da palavra “mulheres” ou do pronome na terceira pessoa.

Em contrapartida, as vereadoras com maior atuação nos debates envolvendo a pauta das mulheres discursaram sob a perspectiva das mulheres, compartilhando entre si as vivências de desigualdade – econômica, social e política. Neste sentido, é perceptível o uso recorrente do pronome na primeira pessoa e o fato de, em suas falas, sempre partilharem suas próprias experiências.

Destarte, apercebe-se um cenário político, no qual a representatividade substantiva das mulheres ainda é incipiente, posto que, não obstante em diversas circunstâncias seja possível depreender que as eleitas compartilham entre si uma perspectiva social comum, tal perspectiva ainda não tem peso relevante no posicionamento das representantes. Corroborando com esta situação, verifica-se que nos discursos as parlamentares se referem às mulheres como terceiras, com



interesses e vivências diferentes das suas. Esse posicionamento induz a um menor esforço na construção das políticas públicas e na defesa da pauta das mulheres.

#### 4. O PROJETO DE LEI Nº 00046.2017 E A DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES NA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA

Após a análise da dimensão de “falar pelas mulheres” da representação substantiva, nesse capítulo se analisará o preenchimento do primeiro critério, que, como já abordado, diz respeito diretamente à proposição e aprovação de projetos de leis que versem sobre questões favoráveis a concretização dos direitos das mulheres<sup>109</sup>.

Celis assevera que esse critério está relacionado à dimensão de “agir pelas mulheres” da representação política – nesse sentido, a autora ressalta que “muitas pesquisas recentes, geralmente interpretam votos liberais (de esquerda ou progressista) como representação substantiva das mulheres, porque refletem melhor as diferenças de gênero existentes em questões como bem estar”<sup>110</sup>. Esse critério é integrado pela dimensão de “votar por mulheres” que corresponde ao voto de apoio das parlamentares às legislações que têm uma relação mais direta com as mulheres.

O exame deste ponto é indispensável para o desenvolvimento de uma investigação mais completa sobre a representação substantiva das mulheres, tendo em vista que a legislação que vai ao encontro das demandas e necessidades das mulheres é considerada como o elemento-chave da representação substantiva. Frisa Childs que a legislação, muito mais que as demais atividades de representação das parlametes, tem capacidade para influenciar na vida das cidadãs direta ou indiretamente, sendo uma forma mais intensa de representatividade<sup>111</sup>.

---

<sup>109</sup> CELIS, Karen. Substantive Representation of Women (and Improving it): What it is and should be About?. **Comparative European Politics**, London. v. 1. pp.95-113. abr 2009. Disponível em: < <https://link.springer.com/article/10.1057/cep.2008.35>>. Acesso em: 20.07.2017. p.97.

<sup>110</sup> “(...) more recent research, generally interprets ‘liberal’ (left or progressive) votes as substantiverepresentation of women because they reflect better the existing gender gap regarding issues such as welfare (...)”. CELIS, Karen. Substantive Representation of Women (and Improving it): What it is and should be About?. **Comparative European Politics**, London. v. 1. pp.95-113. abr 2009. Disponível em: < <https://link.springer.com/article/10.1057/cep.2008.35>>. Acesso em: 20.07.2017. p.98.

<sup>111</sup> CELIS, Karen. Substantive Representation of Women (and Improving it): What it is and should be About?. **Comparative European Politics**, London. v. 1. pp.95-113. abr 2009. Disponível em: < <https://link.springer.com/article/10.1057/cep.2008.35>>. Acesso em: 20.07.2017.p.98

Para se aferir a presença desta dimensão da representação substantiva na Câmara Municipal de Curitiba, se analisará o posicionamento das vereadoras no que concerne a um projeto de lei que verse sobre tema favorável às mulheres. Em primeiro lugar, ressalta-se que, tal como na maior parte das casas legislativas de todos os entes federativos, não tramitam, nesta Casa Legislativa Municipal, muitas proposições de legislação que versem sobre questões relacionadas às mulheres. Ademais, os projetos de leis encontrados abordam questões muito pontuais, tendo em vista a competência legislativa residual dos municípios, que restringe a legislação municipal a questões estritamente locais.

Assim, com o intuito de realizar a referida investigação, no presente capítulo se buscará aferir a dimensão de atuar pelas mulheres da representação substantiva através da análise do posicionamento das vereadoras em face de um projeto de lei que verse sobre tema de gênero, extraindo-se este posicionamento das respostas dadas pelas mulheres às perguntas feitas em entrevistas realizadas no período de tramitação do projeto.

#### 4.1 O PROJETO DE LEI Nº 00046.2017 E A LUTA PELO FIM DO ASSÉDIO NAS RUAS

Ninguém deveria ter medo de andar na rua ou de usar o transporte público. Ninguém deveria ter medo de ser assediada, agredida, violentada, simplesmente por ser mulher. No entanto, esta é a realidade vivenciada por muitas mulheres no Brasil e em todo o mundo.

Em uma pesquisa elaborada, em 2013, pela jornalista Karin Hueck, , 99,6% das mulheres entrevistadas afirmaram que já sofreram assédio. Os principais lugares em que receberam cantadas foram na rua (98%), em lugares públicos, como praças e shoppings (80%), na balada (77%) e nos transportes públicos (64%). Ainda, 81% afirmaram que já deixaram de fazer alguma coisa por medo do assédio; 90% já trocaram de rua por medo do assédio; 85% afirmaram que já passaram a mão em alguma parte do corpo delas e 68% já foram verbalmente agredidas por rejeitarem a cantada de alguém.<sup>112</sup>

---

<sup>112</sup> Uma pesquisa sobre o assédio sofrido pelas mulheres nos locais públicos não tinha sido realizada por nenhum instituto de pesquisa até então. As únicas pesquisas relacionadas às situações

Esses dados evidenciam a dimensão de um problema pouco debatido pela sociedade e ignorado sistematicamente pelas instituições políticas: o assédio sexual sofridos nos espaços públicos.

O medo da violência nos espaços públicos cria limites aos direitos e a vida das mulheres, reforçando a hierarquia entre os sexos e o consentimento quanto aos códigos comportamentais e a identidade sexual normativa das mulheres.<sup>113</sup>

Ao longo do tempo, o assédio sexual vivenciado pelas mulheres foi ocultado pela naturalização da imagem da mulher como objeto de propriedade do homem. A teoria liberal reforçou a ideia de que as características naturais de homens e mulheres impõem a sujeição delas a eles<sup>114</sup>, de forma que o binômio dominação/submissão é concebido como padrão interpretativo das relações entre homens e mulheres – não só no ambiente familiar entre marido e esposa, mas também no ambiente de trabalho, escolas e demais espaços públicos.

As mulheres, assim, são excluídas da condição de indivíduos e, portanto, de participar do mundo público, sendo relegadas “ao seu ‘lugar natural’, dependente, na esfera familiar e privada”.<sup>115</sup>

Ao colocar o espaço privado como lugar naturalmente das mulheres, a mulher que está presente nos espaços públicos é vista como uma mulher ‘da rua’, sendo reduzida a objeto de satisfação dos prazeres dos homens, independentemente dos seus desejos e vontades, passando seu corpo a existir para o deleite dos outros.

À vista disso, o assédio sexual se configura como uma manifestação natural da sexualidade dos indivíduos. A este respeito, Carole Pateman assevera quanto à

---

de violência vivenciadas pelas mulheres abordam a questão do assédio sexual e moral nos ambientes de trabalho, a violência doméstica e, no âmbito dos espaços públicos, o estupro. A pesquisa foi realizada mediante o sítio eletrônico do coletivo feminista Olga ([www.thinkolga.com](http://www.thinkolga.com)), como parte da campanha “Chega de Fiu Fiu” em agosto de 2013, contando com 7762 participantes.

<sup>113</sup> SILVA, Ana Cristina Oliveira. O assédio sexual nos espaços públicos. In: Colóquio Internacional de Doutorandos/as do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES), “Coimbra C: Dialogar com os Tempos e os Lugares do (s) Mundo (s)”. n. 4. 2013, Coimbra. **Revista Cabo dos Trabalhos**. n. 10. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2014. Disponível em: [http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/3.3.1\\_Ana\\_Cristina\\_de\\_Oliveira\\_Silva.pdf](http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/3.3.1_Ana_Cristina_de_Oliveira_Silva.pdf). Acesso: 15.03.2017. p.9.

<sup>114</sup> PATEMAN, Carole. Críticas Feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (Org.). **Teoria Política feminista: textos centrais**. Belo Horizonte: Editora Horizonte, 2013. p. 58

<sup>115</sup> PATEMAN, Carole. Críticas Feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, L.F; BIROLI, F. (Org.). **Teoria Política feminista: textos centrais**. Belo Horizonte: Editora Horizonte, 2013. p.61.

existência de um contrato sexual, que seria a face oculta do contrato social. Para ela, falar da história do contrato sexual é mostrar a diferença sexual - o que é “ser homem” ou “ser mulher” - e a construção dessa diferença como uma espécie de diferença política como pontos centrais para a sociedade civil. Isso porque o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres, dentro desta lógica, se apresenta como reflexo da ordem natural.

Pateman afirma que a história do contrato sexual alicerça-se nas relações sexuais e na ideia das mulheres enquanto seres sexuados. Desta forma a compreensão desta história “ajuda a compreender os mecanismos mediante os quais os homens afirmam o direito de acesso sexual aos corpos das mulheres e reclamam o direito de mando sobre o uso dos corpos das mulheres”.<sup>116</sup>

O termo assédio sexual surge apenas na década de 1970, com o movimento feminista estadunidense conceituando-o como a conduta masculina contra a mulher, referindo-se especificamente “às práticas advindas dentro do quadro das relações de trabalho com os homens”.<sup>117</sup> Sob a perspectiva jurídica, o termo manifesta-se apenas em 1979, com a cientista política e feminista Catherine MacKinnon, em seu livro “Sexual Harassment of working women: a case of sex discrimination”, no qual fala sobre esta forma de discriminação social no âmbito das relações de trabalho, baseada nas relações de desigualdade entre homens e mulheres.<sup>118</sup>

No Brasil, o debate em torno do assédio sexual é mais recente. O termo aparece, inicialmente, na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar

---

<sup>116</sup> Tradução direta de “La historia ayuda a comprender los mecanismos mediante los cuales los hombres afirman el derecho de acceso sexual a los cuerpos de las mujeres y reclaman el derecho de mando sobre el uso de los cuerpos de las mujeres”. PATEMAN, Carole. **El contrato sexual**. Tradução de Maria Luisa Femenías. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 1995.p.29.

<sup>117</sup> MAGALHÃES, Camila. Assédio sexual: o direito das mulheres entre o feminismo e o punitivismo. In: COLNAGO, Lorena De Mello Rezende; DE ALVARENGA, Rúbia Zanotelli. (Org.). **Direitos humanos e direito do trabalho**. 1ed. São Paulo: LTr, 2013, v.1. Disponível em: <[https://www.academia.edu/3844919/MAGALH%C3%83ES\\_Camilla\\_Ass%C3%A9dio\\_sexual\\_o\\_direito\\_das\\_mulheres\\_entre\\_o\\_feminismo\\_e\\_o\\_punitivismo\\_In\\_Lorena\\_De\\_Mello\\_Rezende\\_Colnago\\_R%C3%BAbia\\_Zanotelli\\_De\\_Alvarenga\\_Org.\\_Direitos\\_humanos\\_e\\_direito\\_do\\_trabalho\\_1ed.S%C3%A3o\\_Paulo\\_LTr\\_2013\\_v\\_1\\_p\\_254-267](https://www.academia.edu/3844919/MAGALH%C3%83ES_Camilla_Ass%C3%A9dio_sexual_o_direito_das_mulheres_entre_o_feminismo_e_o_punitivismo_In_Lorena_De_Mello_Rezende_Colnago_R%C3%BAbia_Zanotelli_De_Alvarenga_Org._Direitos_humanos_e_direito_do_trabalho_1ed.S%C3%A3o_Paulo_LTr_2013_v_1_p_254-267)>. Acesso em: 05.03.2017. p. 5

<sup>118</sup> SILVA, Ana Cristina de Oliveira. O assédio sexual nos espaços públicos. In: Colóquio Internacional de Doutorandos/as do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES), “Coimbra C: Dialogar com os Tempos e os Lugares do (s) Mundo (s)”. n 4. 2013. Coimbra. **Revista Cabo dos Trabalhos**. n. 10. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2014. Disponível em: <[http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/3.3.1\\_Ana\\_Cristina\\_de\\_Oliveira\\_Silva.pdf](http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/3.3.1_Ana_Cristina_de_Oliveira_Silva.pdf)>. Acesso: 15.03.2017. p.2.

a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará)<sup>119</sup>, ratificada pelo país em 1995. O texto dispõe em seu artigo 2º que a violência contra mulher abrange a violência física, sexual e psicológica ocorrida “no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua residência, incluindo-se, entre outras formas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual;”, “ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local” e perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.

Esse mesmo diploma internacional estabelece, em seu artigo 3º, que “toda mulher tem direito a ser livre de violência, tanto na esfera pública como na esfera privada”<sup>120</sup>. Nesse ponto, segundo Mônica de Melo, incluiu-se o direito de não ser assediada sexualmente, sendo igualmente garantido o direito de estar legalmente protegida.<sup>121</sup>

Apenas em 2001, com a promulgação da Lei nº 10.224, que acresceu ao Código Penal o art. 216-A<sup>122</sup>, é que o assédio sexual foi tipificado como crime. Deve-se atentar, contudo, que o tipo penal refere-se ao assédio sexual ocorrido no âmbito das relações de trabalho – previsto na Convenção de Belém do Pará em seu artigo 2º, alínea b -, sendo que toda a jurisprudência relativa ao assunto provém dos Tribunais trabalhistas. Ademais, nota-se que este tipo penal não pune práticas de

---

<sup>119</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, “Convenção de Belém do Pará. 9 jun.1994.Disponível em: <<https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>>. Acesso em: 15.03.2017.

<sup>120</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, “Convenção de Belém do Pará. 9 jun.1994.Disponível em: <<https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>>. Acesso em: 15.03.2017.

<sup>121</sup> DE MELO, Mônica. Assédio sexual: um caso de inconstitucionalidade por omissão. **Revista de Informação Legislativa**. ano 36. n 143. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, jul-set 1999. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496875/RIL143.pdf?sequence=1>>. Acesso: 20.03.2017. p. 87.

<sup>122</sup> “Art. 216-A. constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função”. In: BRASIL. **Código Penal**. Decreto- Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm). Acesso em: 20.03.2017.

assédio como as cantadas, paqueras, flertes consentidos, pois essas condutas são consideradas como comportamentos sociais comuns na sociedade.<sup>123</sup>

Não obstante a ocorrência de assédio sexual nos locais públicos seja noticiada com frequência na mídia e existam vários movimentos sociais que denunciam a prática desse tipo de assédio no país, no âmbito jurídico o tema é ignorado pelo ordenamento jurídico pátrio. Salienta-se que, em que pese existam inúmeros Projetos de Lei, tramitando na Câmara dos Deputados, que versam sobre o assédio sexual nos locais públicos, em especial nos transportes públicos, e visam a sua tipificação, esses ou foram arquivados ou estão sem movimentação no processo legislativo há tempo considerável.<sup>124</sup>

Ao contrário do assédio sexual nos espaços laborais, nos quais a justificativa da interferência do Estado, mediante a tipificação em lei, fundamenta-se na natureza desigual e hierárquica das relações trabalhistas, que evidencia a vulnerabilidade dos trabalhadores, nos espaços não produtivos, a desigualdade nas relações entre os gêneros é confrontada com o argumento da igualdade formal – dificultando o trabalho em prol da criação de um regime legal voltado ao assédio sexual praticado nesses lugares.<sup>125</sup>

Nesses espaços, as práticas de assédio são interpretadas como expressão natural dos códigos normativos de masculinidade<sup>126</sup>, para os quais as cantadas, por

---

<sup>123</sup> DE MELLO E SOUZA, Cecília; ADESSE, Leila. (Org.) **Violência sexual no Brasil: perspectivas e desafios**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.p.52.

<sup>124</sup> Para exemplificar, citam-se alguns projetos de lei recentes como a PL 7372/2014 do Dep. Romário (PSB/RJ) – arquivada; a PL 509/2015 do Dep. Major Olímpio Gomes (PDT/SP) - pronta para pauta no plenário desde 31.08.2015; a PL 5504/2016 do Dep. Alfredo Nascimento (PR/AM) – sob a análise da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

<sup>125</sup> SILVA, Ana Cristina de Oliveira. O assédio sexual nos espaços públicos. In: Colóquio Internacional de Doutorandos/as do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES), “Coimbra C: Dialogar com os Tempos e os Lugares do (s) Mundo (s)”. n4. 2013. Coimbra. **Revista Cabo dos Trabalhos**. n 10. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2014. Disponível em: [http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/3.3.1\\_Ana\\_Cristina\\_de\\_Oliveira\\_Silva.pdf](http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/3.3.1_Ana_Cristina_de_Oliveira_Silva.pdf)>. Acesso em: 15.03.2017. p.7.

<sup>126</sup> María Angélica Fauné afirma que “las raíces de la violencia son más profundas: están en el machismo arraigado en la cultura centroamericana. Para el machismo, la violencia constituye un valor positivo, un componente central en la construcción de la identidad masculina, cuyos atributos son la dureza, la fuerza, la agresividad. Esta violencia se inicia desde la conformación de la pareja: la unión es vivida como una relación entre poseedor (el hombre) y poseída (la mujer)”. FAUNÉ, María Angélica. **Transformaciones en las familias centroamericanas: agudización de la situación de inequidad de las mujeres**. Disponível em: < <http://www.corteidh.or.cr/tablas/a11996.pdf>>. Acesso em: 28.03.2017. p. 41.

exemplo, são compreendidas como elogios à beleza da mulher e como forma de se conquistar alguém – não ferindo, portanto, nenhum bem jurídico individual.

Sem a tipificação da conduta, torna-se difícil apelar a uma instância de poder quando se vivencia uma situação de assédios nesses locais, tendo em vista que não há uma autoridade concreta a recorrer. Segundo a socióloga Patricia Gaytan Sánchez, “se pensaria que é um assunto em que poderiam intervir os policiais, sem embargo estes poucas vezes se encontram perto e, já que a maioria das formas de assédio não é tipificada como delito, (os policiais) quase nunca estão dispostos a fazer algo ou, em muitas ocasiões eles mesmo são os autores do assédio sexual”.<sup>127</sup>

É importante destacar que o presente trabalho não se propõe a defender a existência de medidas penais para punir o assédio sexual nos locais públicos. O enfoque dado aqui é na análise da omissão dos poderes públicos na criação de medidas administrativas que visem prevenir e reprimir a prática do assédio sexual nos locais públicos e da questão de desigualdade de gênero intrincada ao tema, sendo que essa forma de assédio é praticada substancialmente em face das mulheres.

Para Mônica de Melo, essas medidas legais devem contemplar políticas de prevenção, posto que “o assédio sexual só pode ser enfrentado envolvendo medidas judiciais, administrativas, legislativas, econômicas, sociais e culturais, sem as quais fica impossível dar um tratamento global a esse sério problema”.<sup>128</sup>

Diante dessa realidade vivenciada por muitas mulheres, a vereadora Doutora Maria Letícia Fagundes protocolou, em 11 de janeiro de 2017<sup>129</sup>, o Projeto

---

<sup>127</sup> “Se pensaría que es un asunto en el que podrían intervenir los policías, sin embargo estos pocas veces se encuentran cerca, y ya que la mayoría de las formas de acoso no están tipificadas como delito, casi nunca están dispuestos a hacer algo o, en muchas ocasiones ellos mismos son los autores del acoso sexual”. SÁNCHEZ, Patricia Gaytan. **Del piropo al desencanto: un estudio sociológico**. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2009. Disponível em: <[http://zaloamati.azc.uam.mx/bitstream/handle/11191/1855/Del\\_piropo\\_al\\_desencanto\\_BAJO\\_Azcapotzalco.pdf?sequence=1](http://zaloamati.azc.uam.mx/bitstream/handle/11191/1855/Del_piropo_al_desencanto_BAJO_Azcapotzalco.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 10.03.2017.p.58.

<sup>128</sup> DE MELO, Mônica. de. Assédio sexual: um caso de inconstitucionalidade por omissão. **Revista de Informação Legislativa**. ano 36. n 143. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, jul-set 1999. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496875/RIL143.pdf?sequence=1>>. Acesso: 20.03.2017. p. 95

<sup>129</sup> CURITIBA. Câmara Municipal. **Projeto de Lei nº 00046.2017**. O objetivo da lei é "prevenir e punir o assédio sexual realizado em espaços públicos ou privados com acesso público, no Município de Curitiba, os quais afetam os direitos das pessoas, em especial, os direitos das mulheres". Disponível em:<[http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select\\_action=&popup=s&ham\\_ado\\_por\\_link&pro\\_id=319073&PESQUISA](http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&ham_ado_por_link&pro_id=319073&PESQUISA)>. Acesso em: 17.04.2017. Texto original.



de Lei Municipal - PL nº 00046.2017, que ficou conhecido na mídia brasileira como “Projeto Fiu Fiu”. A proposição legislativa tem por objetivo "prevenir e punir o assédio sexual realizado em espaços públicos ou privados com acesso público<sup>130</sup> no Município de Curitiba, os quais afetam os direitos das pessoas, em especial, os direitos das mulheres”.

Segundo o texto normativo, será punido com multa de 30% sobre o salário mínimo e obrigatoriedade de frequentar programa de reeducação aquele que assediar, intimidar, constranger, consternar, hostilizar, ofender, com palavras, gestos ou comportamentos, afetando a dignidade, liberdade de livre circulação, integridade e honra, de qualquer pessoa, independentemente do gênero. Nos casos de reincidência, a punição será de um salário mínimo.

Destaca-se que as palavras, gestos e comportamentos punidos pela lei foram devidamente descritos no parágrafo primeiro do artigo 1º da lei:

§1º Para os efeitos do presente dispositivo, entende-se por:

I - palavras: condutas constantes em atos verbais, comentários maledicentes, insinuações ou sons e expressões verbais de cunho sexista, alusivas ao corpo, a ato sexual ou situação sexual humilhante contra outra ou outras pessoas;

II - gestos: condutas constantes em atos não verbais, que reproduzam gestuais obscenos, formas fálicas, insinuações de atos de natureza sexual contra outra ou outras pessoas;

III - comportamentos:

a) conduta que consiste em abordagens intimidadoras, exibicionismo, masturbação, perseguição a pé (stalkers) ou por qualquer meio de transporte contra outra ou outras pessoas;

b) Proferir impropérios e palavras de baixo calão, de cunho sexista, insinuando-se, com intuito de constranger e denegrir a vítima.

c) conduta lasciva que consiste no contato corporal nas vítimas, como apalpar, dar tapinha ou roçar a genitália em transportes públicos, elevadores, shows e outros locais públicos ou privados de acesso público.

d) conduta lasciva agressiva decorrente da negativa da vítima ou vítimas, tais como agarrar, abraçar, beijar ou tocar partes íntimas do corpo da vítima.

É atribuída à competência da Guarda Municipal de Curitiba a ocorrência e aplicação da multa, devendo o agente municipal identificar o agressor, podendo para isso requisitar as imagens de câmeras existentes, sejam nos locais públicos ou privados com acesso público. Caso a autoridade municipal deixe de receber a ocorrência, responderá pelo crime de prevaricação.

---

<sup>130</sup> Em conformidade com a justificativa da proposição legislativa, por espaços públicos compreendem-se ruas, avenidas, parques, transportes públicos, elevadores etc., e por espaços privados com acesso público, os escritórios, consultórios, representações etc.

No que concerne à imposição da multa, a lei prevê que o valor será cobrado pela Prefeitura Municipal de Curitiba, sendo que caso não seja quitado será lançado como dívida ativa municipal. Ainda, o valor arrecadado será aplicado em um fundo destinado para orientação dos agressores, de acordo com o disposto no artigo 30 da Lei Maria da Penha<sup>131</sup>.

Em conformidade com a justificativa do projeto, a proposta está em consonância com medidas adotadas em diversos países, em especial na América Latina como Argentina, Peru e Chile, que buscaram criminalizar as condutas de assédio, em especial as “cantadas” e punir os agressores, inclusive com detenção, nos casos mais graves.

Assim, afirma-se que a proposição se configura como um instrumento para o Poder Público do Município de Curitiba atuar preventivamente contra atos de assédio sexual, principalmente mediante a publicidade em massa, os programas de reeducação e a imposição de multa. Isso porque se entende que somente com a reeducação e conscientização pública será possível combater o assédio sexual verbal – travestido de cantada – que, “não raramente, progridem para agressões físicas quando a vítima rechaça o agressor”.<sup>132</sup>

Por fim, o projeto ainda propõe que sejam instituídas “campanhas de sensibilização do público a respeito de tais práticas”.<sup>133</sup>

---

<sup>131</sup> “Art. 30. Compete à equipe de atendimento multidisciplinar, entre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito ao juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou verbalmente em audiência, e desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes”. BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)>. Acesso em: 17.04.2017.

<sup>132</sup> CURITIBA. Câmara Municipal. **Projeto de Lei nº 00046.2017**. O objetivo da lei é “prevenir e punir o assédio sexual realizado em espaços públicos ou privados com acesso público, no Município de Curitiba, os quais afetam os direitos das pessoas, em especial, os direitos das mulheres”. Disponível em:<[http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select\\_action=&popup=s&ham\\_ado\\_por\\_link&pro\\_id=319073&PESQUISA](http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&ham_ado_por_link&pro_id=319073&PESQUISA)>. Acesso em: 17.04.2017. Texto original.

<sup>133</sup> CURITIBA. Câmara Municipal. **Projeto de Lei nº 00046.2017**. O objetivo da lei é “prevenir e punir o assédio sexual realizado em espaços públicos ou privados com acesso público, no Município de Curitiba, os quais afetam os direitos das pessoas, em especial, os direitos das mulheres”. Disponível em:<[http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select\\_action=&popup=s&ham\\_ado\\_por\\_link&pro\\_id=319073&PESQUISA](http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&ham_ado_por_link&pro_id=319073&PESQUISA)>. Acesso em: 17.04.2017. Texto original.

## 4.2 O PROJETO DE LEI E A REPRESENTATIVIDADE SUBSTANTIVA: HÁ UM COMPARTILHAMENTO DE PERSPECTIVA DE GÊNERO ENTRE AS ELEITAS?

Para análise da presença do primeiro critério para aferir a representação substantiva das mulheres, serão investigadas as respostas das vereadoras às perguntas relativas ao Projeto de Lei nº 00046.2017 de iniciativa da vereadora Doutora Maria Letícia Fagundes.

Preliminarmente, é necessário fazer algumas considerações, tendo em vista que a entrevista, como método de pesquisa, traz alguns obstáculos para a adequada análise do contexto analisado. Neste sentido, no presente trabalho, foram observadas algumas situações que podem influenciar nos resultados obtidos ao final. Em primeiro lugar, nem todas as vereadoras foram entrevistadas – apenas cinco das oito vereadoras se dispuseram a responder à entrevista<sup>134</sup>. Ademais, o contato com algumas das vereadoras entrevistadas ocorreu por meio da vereadora autora do projeto – Dra. Maria Letícia Fagundes -, o que, em certa medida, pode atuar como um fator de influência nas respostas destas mulheres. Por fim, a própria forma como as perguntas foram construídas e no contexto em que foram feitas – em uma pesquisa que se propõe a análise da representatividade das mulheres - pode agir como fator de influência nas respostas obtidas, podendo ser, posteriormente, no momento de deliberação do projeto de lei, observados posicionamentos completamente divergentes.

Feitas tais considerações, se esclarece que a escolha dessa proposta legislativa como parâmetro para análise da representatividade das mulheres – dos seus direitos e demandas - no âmbito legislativo se justifica em razão de dois aspectos. Primeiro, porque a matéria do projeto de lei envolve, claramente, uma questão de gênero, voltada a situação das mulheres em específico. Como visto, nos casos de assédio sexual a maioria das vítimas são mulheres, sendo a prática do assédio sexual fruto da sociedade patriarcal, a qual perpetuou a ideia da submissão das mulheres aos homens como consequência da ordem da natureza. Ademais, o assédio sexual nos locais públicos é uma realidade vivenciada pelas mulheres

---

<sup>134</sup> Foram entrevistadas apenas cinco das oito vereadoras. Em contato com a assessoria da Vereadora Julieta Reis, foi informado que a parlamentar só pronunciaria quando o projeto chegasse na Comissão de Legislação, Justiça e Redação. Quanto às vereadoras Dona Lourdes e Maria Manfron, não houve retorno da assessoria sobre a disponibilidade na agenda.

diariamente, de tal forma que muitas vezes é compreendida como uma prática comum e inofensiva, de exaltação à beleza da mulher assediada.

Em segundo lugar, trata-se de um tema que ainda não foi objeto de proposta legislativa<sup>135</sup>, seja no âmbito federal ou estadual, não existindo nenhuma iniciativa concreta dos poderes públicos no intuito de coibir a perpetuação dessas práticas. Portanto, uma legislação neste sentido beneficiaria diretamente as mulheres, tendo influência em vários aspectos de suas vidas, posto que “o assédio sexual como uma das formas de violência contra a mulher interfere em inúmeras relações sociais – no trabalho, escola, família –, gerando ambientes de intensa conflituosidade”.<sup>136</sup>

Considerando-se os pontos expostos e as razões supracitadas, entende-se que a proposta legislativa referida, cujo objetivo é punir e prevenir o assédio sexual nos locais públicos, pode ser apontada como pauta ligada às questões de gênero e a agenda política sobre os direitos das mulheres, sendo uma ação legislativa importante para a ampliação de políticas públicas direcionadas as mulheres e a concretização dos direitos desse grupo. Assim, se apresenta como instrumento apropriado para ser usado como objeto de estudo na avaliação da dimensão da representação substantiva das mulheres neste espaço legislativo.

As entrevistas foram realizadas no período de março e abril de 2017, quando o projeto estava na procuradoria jurídica para análise. Impende ressaltar neste ponto que a proposição, tal como os projetos de lei que versam sobre assédio sexual em outros âmbitos federais, foi arquivada em 14 de agosto de 2017.<sup>137</sup>

---

<sup>135</sup> Neste ponto, relevante destacar que os projetos de lei de âmbito federal versam sobre o assédio nos transportes públicos, mas não na rua ou em locais públicos, sendo um projeto de lei, sob este aspecto, inovador.

<sup>136</sup> DE MELO, Mônica. de. Assédio sexual: um caso de inconstitucionalidade por omissão. **Revista de Informação Legislativa**. ano 36. n 143. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, jul-set 1999. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496875/RIL143.pdf?sequence=1>>. Acesso: 20.03.2017. p. 86.

<sup>137</sup> Segundo consta no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Curitiba, o projeto de lei, em 14 de agosto de 2017, foi arquivado. CURITIBA. Câmara Municipal. **Projeto de Lei nº 00046.2017**. O objetivo da lei é "prevenir e punir o assédio sexual realizado em espaços públicos ou privados com acesso público, no Município de Curitiba, os quais afetam os direitos das pessoas, em especial, os direitos das mulheres". Disponível em: <[http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select\\_action=&popup=s&ham\\_ado\\_por\\_link&pro\\_id=319073&PESQUISA](http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&ham_ado_por_link&pro_id=319073&PESQUISA)>. Acesso em: 17.04.2017. Texto original.

As perguntas realizadas versaram, prioritariamente, sobre a matéria do projeto de lei, bem como sobre a existência de uma agenda política das mulheres e a representatividade política das mulheres:

1. Você acha que a questão trazida pelo projeto de lei coincide com as demandas das mulheres?
2. E atende aos interesses das suas eleitoras?
3. O projeto de lei traz em questão um tipo de assédio que acabou sendo invisibilizado em comparação aos outros tipos, principalmente, em razão da dificuldade de identificação desse tipo de assédio e da ideia naturalizada da figura da mulher como objeto sexual. Você acha que se o projeto de lei for aprovado, o impacto na vida das mulheres vai ser positivo? Você acha que o Projeto de Lei está apto a, ao menos, começar a transformar a sociedade e, em especial, a realidade das mulheres?
4. Em sua opinião, diante do cenário político da Câmara em que há apenas 8 vereadoras entre 30 vereadores, você acredita que há ou haverá uma certa resistência na aprovação de Projetos de Lei que tenham como objeto a defesa dos direitos das mulheres (ainda mais em projeto como este que buscam punir práticas naturalizadas em nossa sociedade)?
5. Você acha que ser mulher na política traz como “missão” lutar pelos direitos das mulheres e falar por todas, haja vista que por muito tempo a voz da mulher não foi ouvida nos espaços de deliberação? Ou não há vinculação?
6. Você acredita que existam interesses e defesa de direitos compartilhados pelas mulheres? A presença de mais mulheres nos espaços de poder implica necessariamente em uma maior visibilidade e discussão da pauta do direito das mulheres nestes espaços?

As questões suscitadas nas entrevistas buscaram compreender se as parlamentares têm uma atuação relevante em temas relacionados às questões de gênero, evidenciando, assim, a presença da consciência de gênero nas atividades de representação desenvolvidas pelas eleitas, com a priorização de uma agenda de combate à desigualdade de gênero.

A primeira e a segunda pergunta voltaram-se ao exame de como as vereadoras compreendem o tema abordado pelo projeto - se o entendem como uma demanda das mulheres e como um tema de interesse de suas eleitoras. Em suma, o que se objetivou foi verificar se as parlamentares enxergavam a questão do assédio sexual como algo que atinge diretamente a vida das mulheres, em geral.

Das oito vereadoras, apenas duas responderam sim para as duas perguntas, sendo elas a Professora Josete e Doutora Maria Letícia. A vereadora

Noêmia Rocha afirmou que tem “um convívio diferenciado, minha base é a comunidade evangélica, é diferenciado do público lá fora. Eu não tenho este conhecimento que é uma demanda das mulheres”. Já as vereadoras Fabiane Rosa e Kátia Dittrich entendem que o tema do projeto de lei coincide com uma parte da demanda das mulheres, porém, não especificamente com os interesses de suas eleitoras que são outros, ligados às causas que as elegeram – a causa dos direitos dos animais.

Em seguida, a terceira pergunta objetivou identificar qual a avaliação que as vereadoras fazem do projeto e de sua eficácia para atingir o objetivo de transformar a realidade das mulheres. Neste sentido, a resposta das vereadoras foi, em certa medida, unânime, tendo em vista que todas afirmaram que a proposta tem um caráter muito mais pedagógico do que punitivo, sendo que se propõe a pôr em debate práticas enraizadas na cultura brasileira que, contudo, se configuram em formas de agressão e opressão das mulheres.

Ressalta-se, contudo, que apesar de as respostas, em geral, serem no mesmo sentido, as fundamentações utilizadas para justificar a resposta foram diferentes, como se observa da transcrição das falas das vereadoras:

**Maria Leticia:** Eu acho super positivo (...), o projeto ele é educativo. Na verdade, ele ‘tá despertando para um assédio que é disfarçado pelo dia a dia. Muitas das mulheres não conseguem nem ter a percepção que isto é assédio, então o projeto é educativo, porque chama a atenção de toda a comunidade, abre o debate para a comunidade, sobre é ou não é. Este é o foco principal na verdade, porque punir as pessoas que fazem o assédio vai ser tão pouco para as pessoas que vão despertar para que isto é assédio.

**Fabiane Rosa:** Com certeza. Como está escrito no projeto: “a possibilidade do Poder Público atuar preventivamente contra os atos de assédio principalmente por meio de publicidade em massa, programas de reeducação e as multas”. Afinal, impõe-se que, primeiramente, haja uma conscientização e sensibilização pública a demonstrar que o elogio é diferente de assédio que tem sido sistematicamente utilizado contra mulheres no que se “convencionou” chamar de “cantada”. Educação sempre é o caminho, mas se não ‘mexer no bolso’, as pessoas infelizmente não respeitam.

**Katia Dittrich:** Eu acho que o que ela (*a vereadora Maria Letícia*) fez é mais para despertar a educação, para ver que aquilo é assédio, porque já se tornou um clichê! Parece que o normal é mexer, é ser assediada, é uma coisa complexa. Então, a gente tem que mudar. Eu acho que a posição dela (*da vereadora Maria Letícia*) ‘tá sendo muito firme, o que os vereadores não entenderam é que o projeto é pra mostrar que é preciso ter educação e infelizmente no Brasil esta é a educação imposta.

**Professora Josete:** É, aí há um limite mesmo. Primeiro, porque, assim, eu acho que o mérito dele é válido e a gente tem que debater, mas é necessário algumas alterações para adequar, para não se ter uma legislação que na verdade acabe de forma paralela aplicando punições e definindo determinados conceitos que o código penal já traz. Este cuidado tem que ter. O projeto é importante como mobilizador, mas ele por si só não consegue dar conta de resolver, digamos, esta questão do assédio, porque é muito mais uma questão cultural do que você ter uma lei, uma lei que é punitiva – e a gente tem leis punitivas como é o caso da lei Maria da Penha. Nós precisamos, porque estamos numa sociedade que infelizmente nos resta só punição para reverter o quadro de violência, mas este é um processo educativo. Eu acredito que é importante, o projeto pauta este debate, mas ele por si só não vai resolver esta situação, junto com ele temos que ter todas as outras ações, os movimentos de mulheres, fazer as discussões nas escolas, para que as escolas incorporem no currículo este tema, a violência contra as mulheres e tudo que envolve gênero, e que é importante discutir, a igualdade entre homens e mulheres.

**Noêmia Rocha:** Tomara, mas é uma questão cultural. É uma questão, infelizmente, cultural. O mérito é importante, é discutível. O que eu penso é que um projeto ele não é só feito pelo mérito, mas vale o debate, porque disso surgem demandas, ideias, embate. Porque a leitura da mulher é uma. (...) Então, é complicado você avaliar o que passa na cabeça destas mulheres (*que são contra o projeto*) e qual o contexto que ela vê este projeto. Agora, assédio moral e sexual é inconcebível em qualquer esfera, não por ser mulher, mas por ser uma pessoa, um ser humano, ninguém merece ser invadida na sua privacidade, aquele ditado 'meu direito vai até onde começa o seu'. Esta questão de invasão me preocupa independente de ser homem ou mulher.

A quarta pergunta enfoca no ponto de vista das eleitas no que concerne à relação do parlamento como um todo com a agenda política sobre os direitos das mulheres - se elas enxergam este espaço como aquele no qual ainda predomina a opressão às minorias e suas pautas ou se, na visão delas, não há mais tanta resistência.

Quanto a este tema, apenas as vereadoras Professora Josete e Doutora Maria Letícia foram incisivas em afirmar que há uma grande resistência por parte dos parlamentares – não só dos homens como também das mulheres – em relação às questões integrantes da agenda política. As duas asseveraram, em suas respostas, que a resistência decorre, primordialmente, do fato de que as pautas das mulheres, em geral, questionam a cultura machista e as práticas enraizadas na cultura brasileira, buscando alterá-las.

De outra forma, as vereadoras Fabiane Rosa e Katia Dittrich também afirmaram que há uma resistência, mas justificaram com argumentos mais gerais, não abordando explicitamente a relutância, nos espaços legislativos, aos direitos das

mulheres, apenas frisando que as pautas de todas as minorias e os projetos que vão contra as práticas culturais sempre sofrerão resistência.

A vereadora Noêmia Rocha não apresentou um posicionamento específico sobre o caso, ressaltou apenas que os vereadores têm direito de votar como quiserem, que, desta forma, não sabe qual será a “questão decisória de cada vereador”, mas que espera que não predomine o machismo. Ademais, em sua fala a vereadora deu um grande peso ao aspecto formal do projeto, afirmando que as decisões relativas aos projetos de lei têm que ir “além disso” e analisar a questão sob um ponto de vista técnico de constitucionalidade e legalidade.

Por fim, a quinta e a sexta pergunta objetivaram verificar o grau de identificação das vereadoras com a defesa dos direitos das mulheres. Para isso foi questionado se, sob o ponto de vista delas, o fato de serem mulheres as vincularia a defesa dos direitos das mulheres, intentando-se, assim identificar a reprodução da perspectiva de gênero na atividade de representação das eleitas. Em seguida, foi perguntado se haveria uma pauta comum entre as mulheres resultante da perspectiva social comum, a qual decorre do compartilhamento da mesma posição na estrutura social e se a presença de mais mulheres implicaria no fortalecimento da agenda política sobre os direitos das mulheres.

Para a quinta pergunta, a resposta positiva foi unânime, tendo todas as vereadoras entrevistadas afirmado que ser mulher vincula a defesa das demandas das mulheres quando estas forem pautadas e discutidas no parlamento e que sempre buscam ter uma atuação positiva neste sentido, participando destes momentos de debate e deliberação.

Contudo, para a última pergunta, as respostas foram diferentes. As vereadoras Doutora Maria Letícia, Katia Dittrich e Fabiane Rosa entendem que mais mulheres nos espaços de poder terá um resultado positivo, pois aumentará a discussão de temas relacionados às mulheres e auxiliará na desconstrução de posicionamentos conservadores. Já as vereadoras Professora Josete e Noêmia Rocha, apesar de concordarem quanto à necessidade de mais mulheres na política para que os espaços de poder se tornem menos desiguais, problematizam a questão.

A Professora Josete entende que, em que pese seja necessário mais mulheres nos espaços de poder, é importante que se criem mecanismos para



desconstruir a imagem de submissão das mulheres e garantir que as eleitas compreendam a importância da sua presença nos espaços de deliberação<sup>138</sup>. A vereadora Noêmia Rocha, por sua vez,<sup>139</sup> afirma que é imprescindível que as mulheres estejam mais unidas, pois a segmentação existente no grupo faz com que mulheres não votem em mulher e, quando eleitas, estas não votem em projetos que beneficiam a mulher, tanto por acreditarem mais na competência dos homens, como por questões políticas. Ademais, reitera que a questão da tramitação de um projeto de lei depende muito da análise legal de seu conteúdo, de forma que a maior presença de mulheres nos espaços legislativos não alteraria esta questão tão relevante para aprovação de um projeto, contudo, ressalta que no mérito dos projetos as mulheres teriam muitos ganhos com mais mulheres nos espaços de deliberação.

Em certa medida, o cenário delineado nas sessões plenárias é reproduzido quando se analisa a atuação das vereadoras em um contexto legislativo específico – a aprovação de um projeto de lei versando sobre questão atinente a vida das mulheres, neste caso.

As vereadoras com maior atuação na defesa da agenda política das mulheres – Doutora Maria Letícia, Professora Josete e Noêmia Rocha – foram as

---

<sup>138</sup> Transcrição da resposta da vereadora Professora Josete: “Não necessariamente (...). É importante eleger mulheres, temos que eleger cada vez mais. Elas têm que ocupar cada vez mais este espaço, mas eu volto a bater na tecla da questão cultural. Nós temos que buscar mecanismos e em todos os espaços fazemos esta discussão mais de fundo, desconstruir esta imagem de que a mulher tem que ser submissa, tem que concordar com tudo, é natural. Então, por isso, nos diversos espaços - e o movimento de mulheres faz esta discussão - a gente tem que manter este diálogo, esta discussão, desde o interior da nossa casa até os espaços em que a gente atua. Nós temos que pautar estes temas, porque se nós não pautarmos, este tema vai passar batido. É importante eleger mulheres? É. Temos que ocupar mais espaços? Temos. Mas temos que mudar a cultura, não adianta eleger mulheres que nos momentos de debate vão se calar, vão se omitir ou vão ter posicionamentos conservadores”.

<sup>139</sup> Transcrição da resposta da vereadora Noêmia Rocha: “É impressionante que mulher não vota em mulher, se votassem teríamos maioria no parlamento, elas investem e acreditam nos homens. Há esta questão cultural, em que homem é espaço público e mulher é espaço privado. A própria mulher, ela não avança neste quesito, como se ela achasse que a outra mulher não tem capacidade no parlamento. A mulher no parlamento ela é ótima, ela tem este instinto materno, a percepção do erro. (...) A gente precisa ter um parlamento 50%/50%. A gente perde em todos os âmbitos, não só em projeto para mulheres. Nós temos que conscientizar mulher que ela tem que votar em mulher, porque vai ter mais representatividade, ela vai ter mais mulheres pensando nela como um todo, com políticas públicas direcionadas para mulheres. Depende do contexto, porque houve projeto que favoreciam mulheres e mulheres da base do prefeito foram contra para votar junto com o prefeito. Isto é muito ruim no contexto de formação das mulheres. No entanto, mais mulheres não implica que a tramitação facilitaria. Porque o trâmite envolve a questão legal, constitucional, técnica, porque a lei não é baseada só no mérito. Na questão do mérito, claro, existiria sim uma formação de opinião mais concreta, porque você vai falar daquilo que você vive que você vivencia. No mérito a gente ganharia muito”.

mesmas que tiveram uma posição mais forte na construção e aprovação de uma legislação favorável às mulheres. Por sua vez, as vereadoras com uma participação mais acanhada nos debates das pautas de gênero ou não participaram das entrevistas ou responderam as perguntas de forma vaga, adotando uma visão geral e superficial sobre o tema abordado.

É de se notar, também, que as vereadoras que compreenderam a questão abordada pelo projeto de lei como um tema que afeta diretamente a vida da maior parte das mulheres são aquelas que têm ligação com o movimento de mulheres e que em sua vida política sempre abordaram questões de gênero.

Para mais, observa-se que ainda há grandes resistências ao uso de termos como “agenda política sobre os direitos das mulheres” ou “pauta das mulheres”, optando-se por outras expressões, tornando os temas algo aceitável pelos homens e favorável aos interesses desses. Todavia, é notável que o discurso de defesa dos direitos das mulheres existe, todas as eleitas além de defenderem a maior presença de mulheres nos espaços políticos institucionais, também enxergam que tem um papel de atuar como mulher quando questões relacionadas às mulheres são colocadas em pauta no plenário. Ademais, todas se propõem à defesa da igualdade de gênero, seja em seus discursos nas sessões plenárias seja diante do projeto de lei analisado, quando compreendem a importância que o tema tem na vida das mulheres.

Assim, por meio das entrevistas, com respostas direcionadas ao tema do projeto de lei, inferiu-se que, tal como na análise dos discursos nas sessões plenárias, a representatividade substantiva das mulheres no âmbito dos espaços de poder institucional está presente, porém de forma ainda incipiente, uma vez que não exerce papel tão relevante no fortalecimento da agenda política sobre os direitos das mulheres, ainda que colabore, minimamente, com a sua execução.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A representatividade das minorias políticas tem sido tema recorrente no âmbito da ciência política. No bojo da teoria política feminista, dá-se ênfase à minguada representatividade da pauta das mulheres, decorrente da ausência de mulheres nos espaços de decisão, evidenciando uma gritante desigualdade no acesso às instâncias de poder e na representatividade das suas demandas.

Dentro dessa discussão, duas questões são levantadas. Em maior escala, os questionamentos giram em torno da diminuta presença de mulheres nos espaços do poder institucional, questionando-se quais os fatores que impedem as mulheres se candidatarem com chances de serem eleitas. Esta vertente de pesquisa enfoca no processo de eleição, deliberando acerca de quais mecanismos são eficientes para garantir o acesso às instâncias de poder.

Em menor escala, as pesquisas analisam a baixa representatividade das demandas das mulheres na política institucional. Esta vertente busca compreender porque as vozes das mulheres ainda não têm poder de influência na construção de políticas públicas destinadas a elas, em que pese existam mulheres eleitas, compondo as casas legislativas. Neste âmbito, a ênfase é dada no processo político, objetivando-se identificar a atuação e o posicionamento das mulheres eleitas frente às questões de gênero.

O presente trabalho se alinha à última vertente. A preocupação central da pesquisa foi compreender a relação entre a representação descritiva e a representação substantiva na consolidação de uma representação política justa das mulheres. Foi com o objetivo de construir um modelo de defesa da representação dos grupos minoritários que o trabalho foi buscar nos registros da teoria crítica feminista, as concepções de representação construídas para garantir uma maior representatividade das mulheres.

Assim, adotou-se como premissa a ideia de representação de perspectivas desenvolvidas pela cientista política Iris Marion Young como parâmetro para compreender e aferir a representatividade substantiva das mulheres no âmbito da Câmara Municipal de Curitiba – a qual apresenta uma das maiores presenças femininas em espaços legislativos no país.

A ideia de perspectiva social de gênero se adequou à proposta do trabalho, tendo em vista que afasta a ideia essencializadora de que membros de um mesmo grupo social partilham dos mesmos interesses e opiniões. Compreendendo a representação da perspectiva como um ponto de partida para a atuação das parlamentares e como mecanismo de reprodução das vozes femininas da sociedade na construção de políticas públicas, buscou-se verificar se as vereadoras preenchiam os critérios da representação substantiva – isto é, se atuavam pelas mulheres e falavam pelas mulheres no processo legislativo e nas sessões plenárias.

Ademais, ressaltou-se que a ideia de perspectiva social também afasta a ideia de uma atuação política das mulheres baseada nos estereótipos de gênero, decorrentes da divisão entre público e privado do liberalismo clássico. Ao buscar verificar a perspectiva social na atuação das vereadoras, não se pretendeu identificar uma atividade representativa voltada apenas à discussão de questões atinentes à pauta das mulheres, mas se quando suscitada questões atinentes ao gênero essas parlamentares se manifestavam, contribuindo com a perspectiva social na construção de políticas públicas eficientes. Assim, manteve-se a defesa de uma participação mais ampla das representantes em todas as áreas de atuação, principalmente naquelas em que há uma predominância masculina, não reproduzindo os estereótipos de gênero reduzindo a atuação das mulheres à esfera da vida privada.

Ainda, como demonstrado pelas teorias interseccionais, apontou-se que as diferentes posições de classe, raça e orientação sexual ocupadas pelas mulheres na estrutura social tem impacto nas perspectivas sociais. Por isso, explicitou-se que o trabalho reconheceu que as posições defendidas pelas parlamentares – em sua maioria mulheres brancas de classe média e alta – representam uma perspectiva social específica, defendendo-se que mulheres cuja posição social é fruto da intersecção de opressões sejam incluídas nos espaços de representação, para que suas experiências tenham influência nos processos deliberativos.

Ante as premissas acima expostas, o trabalho optou pela igualdade de gênero como conteúdo da perspectiva social, a ser utilizada como parâmetro para analisar a atuação das vereadoras e aferir a representatividade substantiva. Essa escolha ocorreu por o conceito de igualdade de gênero ser abstrato e abarcar variadas posições.

Nesse percurso, da análise dos discursos das parlamentares das sessões plenárias e das respostas à entrevista acerca de projeto de lei que versa sobre questão de desigualdade de gênero, é possível verificar que a perspectiva social de gênero permeia a atuação das representantes nas questões envolvendo as mulheres, sendo observada, no plano fático, a conexão entre a representação descritiva e a representação substantiva. A forma como essa perspectiva influi na atividade representativa, contudo, se altera em face de alguns fatores.

Dos dados obtidos pela pesquisa empírica realizada, averiguou-se que algumas vereadoras tem uma maior consciência da perspectiva social de gênero do que outras. Esse grau de autoconsciência pode ser influenciado por diversos fatores.

Um desses fatores é a história e formação política das parlamentares. As vereadoras com maior destaque nas discussões sobre questões de gênero têm uma ligação com o movimento de mulheres, como é o caso da Vereadora Doutora Maria Letícia Fagundes, cuja bandeira política que a elegeu foi o combate e prevenção à violência contra a mulher, e da Vereadora Professora Josete.

Outro fator que influencia na atuação das parlamentares nas questões de gênero é a base partidária que integram. Assim, a perspectiva social de gênero se apresenta mais conscientemente nas vereadoras filiadas a partidos políticos nos quais os valores de gênero e o incentivo as políticas voltadas para as mulheres, atribuindo espaços intrapartidárias para o fortalecimento da atuação política das mulheres.

Ainda, nota-se que as representantes com menor atuação nos debates sobre gênero - no que diz respeito às mulheres -, apresentam em comum o fato de estarem filiadas a partidos mais conservadores, bem como – com exceção da Vereadora Julieta Reis e Vereadora Dona Lourdes – estão no início do seu primeiro mandato, tendo como ponto comum a baixa participação com intervenções nos debates em geral. Ademais, essas vereadoras reproduzem em sua atuação política ou efeitos da divisão entre esfera pública e privada que condicionou a mulher ao papel submisso ao homem e restrito à esfera da vida familiar.

Ante o cenário analisado, não se pode negar que a maior presença de mulheres nos espaços deliberativos produz reflexos na promoção de políticas de igualdade de gênero e na consolidação de uma agenda política que pautas as demandas das mulheres. Em maior ou menor grau, a perspectiva social de gênero

permeou os debates apresentados e, em certa medida, exerceu influência no posicionamento das vereadoras na análise do projeto de lei versando sobre tema atinente à igualdade de gênero.

Contudo, ser mulher não é o suficiente para que se mudanças reais nas leis e nas políticas públicas. Como visto, sobre a atuação das parlamentares incidem diversos outros fatores que atuam no seu posicionamento político. Assim, para que se observem essas mudanças mais efetivas é necessário que se adotem medidas para aumentar a consciência da perspectiva social compartilhada pelas mulheres, tanto pela desconstrução dos estereótipos de gênero atribuídos tradicionalmente às mulheres que ocupam cargos políticos, como um fortalecimento da atuação feminina no âmbito intrapartidário, e também uma forte atuação dos movimentos de mulheres no processo deliberativo.

O caminho para a concretização da prometida igualdade política ainda é longo, sendo necessária a adoção de diversas medidas que possibilitem a efetiva atuação política das mulheres, garantindo a elas decidirem sobre questões que dizem respeito às suas próprias vidas.

## BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 24. pp. 193-215. set. 2005. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3724>>. Acesso em: 27.08.17.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)>. Acesso em: 17.04.2017.

\_\_\_\_\_. Código Penal. Decreto- Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm). Acesso em: 20.03.2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Atlas da Violência. n. 17. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, mar/2016. Disponível em: <[http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2016/03/IPEA\\_FBSP\\_atlasdaviolencia2016.pdf](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2016/03/IPEA_FBSP_atlasdaviolencia2016.pdf)>. Acesso em: 01.06.2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento. Retrato das desigualdades de gênero e raça. 4ª ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>>. Acesso em: 01.06.2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de Indicadores. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>>. Acesso: 01.06.2017.

\_\_\_\_\_. Mulheres na política: retrato da sub-representação feminina no poder. Senado Federal. Procuradoria Especial da Mulher. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/mais-mulheres-na-politica-retrato-da-subrepresentacao-feminina-no-poder>. Acesso em: 06.07.2017.

CAMPBELL, Rosie. CHILDS, Sarah. LOVENDUSKI, Joni. Do woman need woman representatives? **British Journal of Political Science**. pp. 171-194. dez. 2009. Disponível em: <[http://www.mlkrook.org/pdf/Campbell\\_et\\_al\\_09.pdf](http://www.mlkrook.org/pdf/Campbell_et_al_09.pdf)>. Acesso em: 20.05.2017

CELIS, Karen. Substantive Representation of Women (and Improving it): What it is and should be About?. **Comparative European Politics**. v. 1. pp. 95-113. abr/2009. Disponível em: < <https://link.springer.com/article/10.1057/cep.2008.35>>. Acesso em: 20.07.2017.

CHILDS, Sarah. **Women and British Party Politics: Descriptive, Substantive and Symbolic Representation**. London: Routledge, 2008.

\_\_\_\_\_, Sarah. The Complicated Relationship between Sex, Gender and the Substantive Representation of Women. **European Journal of Women's Studies**. N. 13 (1). pp. 7-21. 2006. Disponível em: [http://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/22503/ssoar-eurjwomstud-2006-1-childs-the\\_complicated\\_relationship\\_between\\_sex.pdf?sequence=1](http://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/22503/ssoar-eurjwomstud-2006-1-childs-the_complicated_relationship_between_sex.pdf?sequence=1). Acesso em: 07.07.2017.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos Feministas, Florianópolis, v.10, n. 1. pp. 171-187. jan. 2002.

CURITIBA. Câmara Municipal. **Projeto de Lei nº 00046.2017**. O objetivo da lei é "prevenir e punir o assédio sexual realizado em espaços públicos ou privados com acesso público, no Município de Curitiba, os quais afetam os direitos das pessoas, em especial, os direitos das mulheres". Disponível em: <[http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select\\_action=&popup=s&chamado\\_por\\_link&pro\\_id=319073&PESQUISA](http://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&pro_id=319073&PESQUISA)>. Acesso em: 17.04.2017

\_\_\_\_\_. Câmara Municipal. **Regimento Interno da Câmara Municipal de Curitiba**. Disponível em: <[https://www.cmc.pr.gov.br/down/regimento\\_Mar\\_2013.pdf](https://www.cmc.pr.gov.br/down/regimento_Mar_2013.pdf)>. Acesso em: 20.07.2017.

\_\_\_\_\_. Câmara Municipal. **CMC**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCJcOI81tiobWp9FyeCuJMiw>>. Acesso em: 22.05.2017.

DA ROSA, Fabiane Delisie Cabral. **Vereadora Fabiane Rosa**. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/verfabianerosa/>. Acesso em: 01.06.2017.

DA SILVA, Josete Dubiaski. **Professora Josete**. Planejamento Estratégico. Disponível em: <http://www.professorajosete.com.br/planejamento-estrategico/>. Acesso em 15.05.2017.

DA SILVA, Josete Dubiaski. **Josete Professora**. Disponível em: <<http://www.youtube.com/user/JoseteProfessora>>. Acesso em 15.05.2017.

DE MELO, Mônica. de. Assédio sexual: um caso de inconstitucionalidade por omissão. **Revista de Informação Legislativa**, ano 36, nº 143. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, jul/set 1999. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496875/RIL143.pdf?sequence=1>>. Acesso: 20.03.2017.

DE MELLO E SOUZA, Cecília; ADESSE, Leila. (Org.) **Violência sexual no Brasil: perspectivas e desafios**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.



DITTRICH, Katia. **Katia dos Animais**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/katiadosanimais>>. Acesso em: 15.05.2017.

FAGUNDES, Maria Letícia. **Vereadora Maria Letícia**. Sobre. Disponível em: <http://vereadoramarialeticiafagundes.com/sobre>. Acesso em: 15.05.2017.

\_\_\_\_\_. **Dra Maria Letícia Fagundes**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/leticia4234>> Acesso: 15.05.2017.

FAUNÉ, María Angélica. **Transformaciones en las familias centroamericanas: agudización de la situación de inequidad de las mujeres**. Disponível em: <<http://www.corteidh.or.cr/tablas/a11996.pdf>>. Acesso em: 28.03.2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Percepção sobre violência sexual e atendimento a mulheres vítimas nas instituições policiais**. São Paulo: Datafolha, setembro de 2016. Disponível em: <[http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2016/09/FBSP\\_Datafolha\\_percepcaoviolenciasexual\\_set2016.pdf](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2016/09/FBSP_Datafolha_percepcaoviolenciasexual_set2016.pdf)>. Acesso em: 01.06.2017.

LOUREIRO, Maria Rita. Interpretações contemporâneas da representação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 1. pp. 63-93. jan-jun. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6594/5320>>. Acesso em: 15.02.2017.

MAGALHÃES, Camila. **Assédio sexual: o direito das mulheres entre o feminismo e o punitivismo**. In: COLNAGO, Lorena De Mello Rezende; DE ALVARENGA, Rúbia Zanotelli. (Org.). Direitos humanos e direito do trabalho. v.1. 1ed. São Paulo: LTr, 2013. Disponível em: <[https://www.academia.edu/3844919/MAGALH%C3%83ES\\_Camilla.\\_Ass%C3%A9dio\\_sexual\\_o\\_direito\\_das\\_mulheres\\_entre\\_o\\_feminismo\\_e\\_o\\_punitivismo.\\_In\\_Lorena\\_De\\_Mello\\_Rezende\\_Colnago\\_R%C3%BAbia\\_Zanotelli\\_De\\_Alvarenga.\\_Org.\\_.Direitos\\_humanos\\_e\\_direito\\_do\\_trabalho.\\_1ed.S%C3%A3o\\_Paulo\\_LTr\\_2013\\_v.\\_1\\_p.\\_254-267](https://www.academia.edu/3844919/MAGALH%C3%83ES_Camilla._Ass%C3%A9dio_sexual_o_direito_das_mulheres_entre_o_feminismo_e_o_punitivismo._In_Lorena_De_Mello_Rezende_Colnago_R%C3%BAbia_Zanotelli_De_Alvarenga._Org._.Direitos_humanos_e_direito_do_trabalho._1ed.S%C3%A3o_Paulo_LTr_2013_v._1_p._254-267)>. Acesso em: 05.03.2017.

MANFRON, Maria Francisquini Manfron. **Vereadora Maria Manfron**. Disponível: [https://www.facebook.com/vereadoramariammanfron/?hc\\_ref=SEARCH](https://www.facebook.com/vereadoramariammanfron/?hc_ref=SEARCH). Acesso em: 15.05.2017.

MANSBRIDGE, Jane. **Should Blacks Represent Blacks and Women Represent Women? A Contingent "Yes"**. The Journal Of Politics. Austin. pp. 628-657. ago. 1999. Disponível em: <[https://wapp.hks.harvard.edu/files/wapp/files/should\\_blacks\\_represent\\_blacks\\_and\\_women\\_represent\\_women\\_a\\_contingent\\_yes1.pdf](https://wapp.hks.harvard.edu/files/wapp/files/should_blacks_represent_blacks_and_women_represent_women_a_contingent_yes1.pdf)>. Acesso em: 20. 05. 2017.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (Org.). **Teoria Política feminista: textos centrais**. Belo Horizonte: Editora Horizonte, 2013.

MIGUEL, Luis Felipe. BIROLI, Flávia. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, Londrina, n. 2. pp. 27-55. jul./dez. 2015.

MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 1. pp. 253-267. jan. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8614.pdf>>. Acesso em: 15.01.2017.

\_\_\_\_\_, Luis Felipe. Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba. v. 18. n. 36. pp. 25-49. jun. 2010. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31626>>. Acesso em: 27.01.17.

NORONHA, Fernanda Benini Kiehl. **Diretrizes e desafios da participação feminina na política brasileira: uma análise comparada a partir de Argentina e México**. 2016. 105f. Trabalho de Conclusão de Curso em Direito – Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná. 2016. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/45846/7.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05.07.2017.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher**, "Convenção de Belém do Pará. 9 jun.1994.Disponível em: <<https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/m.Belem.do.Para.htm>>. Acesso em: 15.03.2017.

PATEMAN, Carole. **El contrato sexual**. Tradução de Maria Luisa Femenías. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 1995.

\_\_\_\_\_. **Críticas Feministas à dicotomia público/privado**. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (Org.). Teoria Política feminista: textos centrais. Belo Horizonte: Editora Horizonte, 2013.

PAVANELI, Aline. “Número de mulheres eleitas para prefeituras cai 25% no Paraná”. **G1**. 04 de outubro de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/eleicoes/2016/noticia/2016/10/numero-de-mulheres-eleitas-para-prefeituras-cai-25-no-parana.html>. Acesso em: 06.07.2017.

PHILLIPS, Anne. **O que há de errado com a democracia liberal?** In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). Teoria Política feminista: textos centrais. Belo Horizonte: Editora Horizonte, 2013.

\_\_\_\_\_. **Democracy and Representation: Or, why should it matter who our representatives are?** Disponível em: < <http://www.e-periodica.ch/cntmng?pid=svp-003%3A1994%3A34%3A%3A341>>. Acesso em: 03.04.2017.

\_\_\_\_\_. **De uma política de ideias a uma política de presença.** Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 1. pp. 268-290. jan. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8615.pdf>>. Acesso em: 15.01.2017

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007. Disponível em: <[www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/.../vozes-femininas.../file](http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/.../vozes-femininas.../file)>. Acesso em: 16.12.2016.

PITKIN, Hanna Fenichel. **El concepto de representación.** Madrid: Centro de estudios constitucionales, 1985.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba. n. 26 (2010). pp. 15-23. jun/2010. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31624/20159>. Acesso em: 20.07.2017.

\_\_\_\_\_. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. **Revista USP**, Brasil, n. 49. pp. 98-112. mai. 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/32910/35480>>. Acesso em: 03 mar. 2016

ROCHA, Noêmia de Souza e Silva Alves. **Vereadora Noêmia Rocha.** Perfil. Disponível em: <<http://noemiarocha.com.br/site/perfil.php>> Acesso em: 01.06.2017.

SACCHET, Tereza. **Representação política, representação política, representação política, representação de grupos e representação de grupos e política de cotas: perspectivas e política de cotas: perspectivas e contendas feministas contendas feministas.** Estudos Feministas, Florianópolis, n. 20. pp. 399-431. mai/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v20n2/v20n2a04.pdf>>. Acesso em: 01.02.2017.

SALGADO, Eneida Desiree. **Princípios constitucionais estruturantes do direito eleitoral.** Curitiba, 2010. 356 f. Tese de Doutorado (especialização em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

SÁNCHEZ, Patricia Gaytan. **Del piropo al desencanto: un estudio sociológico.** México. Universidad Autónoma Metropolitana, 2009. Disponível em: <[http://zaloamati.azc.uam.mx/bitstream/handle/11191/1855/Del\\_piropo\\_al\\_desencanto\\_BAJO\\_Azcap\\_otzalco.pdf?sequence=1](http://zaloamati.azc.uam.mx/bitstream/handle/11191/1855/Del_piropo_al_desencanto_BAJO_Azcap_otzalco.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 10.03.2017.

SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. **Teoria política feminista e representação substantiva: uma análise da bancada feminina da Câmara dos Deputados.** São Paulo, 2017. 105f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-03042017-121744/>>. Acesso em: 15.08.2017.

SECIUK, Cristina. "Câmara de Curitiba terá a maior bancada feminina da história em 2017". **Paraná Portal**. 3 de outubro de 2016. Disponível em: <http://paranaportal.uol.com.br/politica/camara-de-curitiba-tera-a-maior-bancada-feminina-da-historia-em-2017>. Acesso em: 06.07.2017.

SILVA, Ana Cristina de Oliveira. **O assédio sexual nos espaços públicos**. In: Colóquio Internacional de Doutorandos/as do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES), "Coimbra C: Dialogar com os Tempos e os Lugares do (s) Mundo (s)", 4, 2013, Coimbra. Revista Cabo dos Trabalhos, nº 10. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2014. Disponível em: <[http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/3.3.1\\_Ana\\_Cristina\\_de\\_Oliveira\\_Silva.pdf](http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/3.3.1_Ana_Cristina_de_Oliveira_Silva.pdf)>. Acesso em: 15.03.2017.

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and democracy**. Oxford University Press on Demand, 2002

\_\_\_\_\_. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67. pp. 139-190. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a06n67.pdf>>. Acesso em: 20.01.2017.